



***E-Journal* do Núcleo de Estudantes de Ciência  
Política da Universidade do Minho**

*necpum.pt/ponto.politico*



## **Direção**

*Luís Martins — Diretor Geral*

*Henrique Silva — Vice-Diretor Geral*

*Ana Costa — Diretora de Comunicação*

*Carolina Dinis — Vice-Diretora de Comunicação*

*Jorge Pinto — Diretor de Desenvolvimento*

## **Equipa de Revisores**

*Luís Martins*

*Henrique Silva*

*Inês Fernandes*

*Rafaela Vieira*

*Jorge Pinto*

*Tomás Barbosa*

*Inês Cepêda*

*Sérgio Pinto*

*Mariana Silva*

*João Vilaça*

## **Equipa Editorial**

*Ana Costa*

*Carolina Dinis*

*Inês Brites*

*Leandro Lamego*

*Duarte Marques*

*João Vilaça*

# ÍNDICE

<b>ATIVIDADES REALIZADAS .....</b>	<b>4</b>
Lei da Paridade: Garantia de Igualdade ou Medida Artificial? – 24 março 2025 .....	4
2.ª Assembleia Geral Ordinária – 10 abril 2025 .....	4
VII Jornadas de Ciência Política – 23 e 24 abril 2025 .....	4
A História Repete-se? – 29 abril 2025.....	5
Eleições dos Órgãos Sociais – 8 maio 2025 .....	5
Entrevistas sobre o Futuro dos Estudantes de Ciência Política.....	5
<b>TEORIA POLÍTICA EM ENSAIO: ESTADO E DEMOCRACIA .....</b>	<b>7</b>
Repensar a Democracia.....	7
<i>Democracia e Parlamentarismo</i> , Carl Schmitt .....	11
Como Salvar as Democracias: o Papel Complementar das Visões Pluralista e Elitista .....	16
Max Weber: a Ética Política à Lupa dos Dias de Hoje .....	21
Democracia Liberal e o Fim da História... Mas será mesmo assim? .....	23
Democracia Ateniense: transposição da democracia direta para os dias de hoje .....	25
<b>ARTIGOS CIENTÍFICOS.....</b>	<b>27</b>
Trump’s return to the White House and the future of European Strategic Autonomy: insights from the first term .....	27
O Brexit e a Reconfiguração do Papel Global da União Europeia: Impactos nas Relações com os Estados Unidos.....	42

# ATIVIDADES REALIZADAS

## Lei da Paridade: Garantia de Igualdade ou Medida Artificial? – 24 março 2025

No dia 24 de março de 2025, o NECP, em parceria com a HeForShe UMinho, organizou um debate online dedicado ao tema da Lei da Paridade. A iniciativa procurou promover uma reflexão crítica sobre os efeitos desta legislação na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A palestra contou com a participação da professora doutora Edna Costa e Chaima Badri, mestranda em Geociências na Universidade do Minho.

## 2.ª Assembleia Geral Ordinária – 10 abril 2025

No dia 10 de abril de 2025, teve lugar a 2.ª Assembleia Geral Ordinária do NECP, realizada no auditório -1.01 da EEG, às 17h30. O encontro teve como propósito primeiro a marcação das eleições para o mandato 2025/2026.

## VII Jornadas de Ciência Política – 23 e 24 abril 2025

A VII edição das Jornadas de Ciência Política decorreu nos dias 23 e 24 de abril, tendo proporcionado aos alunos de Ciência Política, bem como à comunidade académica envolvente, um lugar de discussão sobre a Política na Era Digital. No primeiro dia das Jornadas de Ciência Política, realizadas pelo NECP, os participantes tiveram a oportunidade de assistir a duas sessões dedicadas à interseção entre tecnologia e política. A primeira sessão aconteceu às 12h do dia 23, tendo como convidado António José Seguro, que discorreu sobre a influência das novas tecnologias no quadro político atual. Mais tarde, às 16h30, teve lugar um *workshop* de cibersegurança dinamizado por Diogo Alexandre Carapinha. A sessão proporcionou aos presentes conhecimentos práticos sobre proteção de dados e segurança digital.



No segundo dia, houve três momentos distintos de reflexão, também sobre temas que intercetassem a política e o digital. A terceira sessão, aberta ao pública, realizada às 10h do dia 24, teve como foco “As possibilidades das redes sociais no mundo da política”. Esta debate procurou centrar-se no papel das plataformas digitais no cenário político contemporâneo. Seguiu-se, na quarta sessão, uma palestra-debate com o título “Política

na Era Digital em Portugal”, que reuniu representantes de diferentes forças políticas portuguesas (LIVRE, IL, JS, Volt e PSD). Por fim, a quinta sessão encerrou as palestras com um painel dedicado ao “Futuro do Ensino em Portugal”. Nesta atividade, os participantes analisaram os principais do sistema

educativo e discutiram potenciais reformas que pudessem servir para preparar os futuros estudantes para os desafios de um mundo em permanente mudança.



### A História Repete-se? – 29 abril 2025

No dia 29 de abril de 2025, o Clube Rainbow e o NECP promoveram uma mesa-redonda subordinada ao tema “A História Repete-se?: O Impacto das Decisões Políticas na Comunidade LGBTQIA+”. A iniciativa decorreu no auditório -1.01 da EEG, no campus de Gualtar da Universidade do Minho, pelas 16h00, e contou com a presença de profissionais e representantes de instituições com intervenção relevante nesta área.

### Eleições dos Órgãos Sociais – 8 maio 2025

No dia 8 de maio de 2025, o NECP realizou as eleições para os Órgãos Sociais do mandato 2025/2026. A votação decorreu entre as 10h30 e as 17h30, na sede do núcleo, e destinou-se a todos os associados. Em termos de resultados eleitorais, a Lista S venceu a eleição para a Direção do NECP do próximo mandato. Ao passo que a Lista M e a Lista O conquistaram, respetivamente, os mandatos para a Mesa da Assembleia Geral e para o Conselho Fiscal.

### Entrevistas sobre o Futuro dos Estudantes de Ciência Política

Com o objetivo de dar a conhecer aos alunos as diversas oportunidades profissionais na área da Ciência Política, o Diretor de Carreiras e do E-Journal Ponto Político, Luís Martins, conduziu três entrevistas a representantes de diferentes setores.

A primeira entrevista abordou as oportunidades de Ensino Superior, estágios e intercâmbios fora de Portugal. Esta entrevista contou com a participação de dois convidados: João Mourato Pinto, doutorando em Relações Internacionais que já desempenhou funções em órgãos europeus; e Vicente Valentim, doutorado pelo Instituto Universitário Europeu, professor universitário e autor do livro *O Fim da Vergonha*. Por outro lado, a segunda entrevista centrou-se na atividade de assessoria de comunicação

política, tendo contado com a participação do professor André Santos Pereira. Finalmente, a última entrevista do mandato 2024/2025 prendeu-se com a Carreira Científica e de Investigação e teve como entrevistada Sofia Ribeiro-Lemos, doutoranda em Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade do Minho.

As entrevistas estão disponíveis no portal do NECP ([necpum.pt/](http://necpum.pt/)) para toda a comunidade académica.



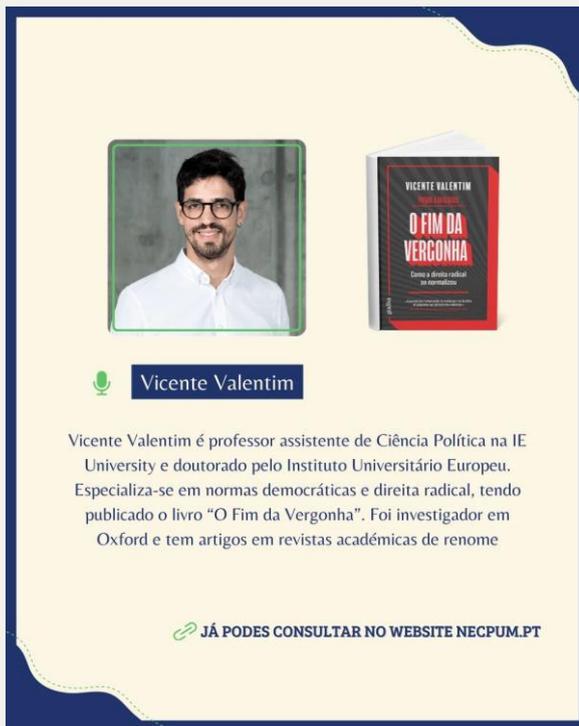
**ENTREVISTA**

Oportunidades de Ensino Superior fora de Portugal



**João Mourato Pinto**

João Mourato Pinto é doutorando em Relações Internacionais, estudando a atuação global da UE, especialmente na América do Sul. Com um MSc pela Universidade de Coimbra e Sciences Po Bordeaux, pesquisou federalismo russo. Ex-presidente da ESN, interessa-se pelo impacto dos estudantes internacionais na inclusão social





**Vicente Valentim**

Vicente Valentim é professor assistente de Ciência Política na IE University e doutorado pelo Instituto Universitário Europeu. Especializa-se em normas democráticas e direita radical, tendo publicado o livro “O Fim da Vergonha”. Foi investigador em Oxford e tem artigos em revistas académicas de renome

[JÁ PODES CONSULTAR NO WEBSITE NECPUM.PT](http://necpum.pt/)



**ENTREVISTA**

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO POLÍTICA



**ANDRÉ SANTOS PEREIRA**

PROFESSOR NO ISCTE-IUL E ASSESSOR POLÍTICO COM EXPERIÊNCIA GOVERNAMENTAL, MUNICIPAL E ACADÉMICA, TENDO SIDO CHEFE DO GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO



**ENTREVISTA**

CARREIRA CIENTÍFICA/INVESTIGAÇÃO



**SOFIA RIBEIRO-LEMOS**

Sofia Ribeiro-Lemos é doutoranda em Ciência Política na Universidade do Minho, com investigação focada em política externa dos EUA, Ásia Oriental e teorias críticas das relações internacionais.

# TEORIA POLÍTICA EM ENSAIO: ESTADO E DEMOCRACIA

## Repensar a Democracia

EDUARDO TAVARES PEDRO

[etavarespedro@gmail.com](mailto:etavarespedro@gmail.com)

Licenciatura em Ciência Política, 3.º ano,  
Universidade do Minho. Diretor de Eventos do NECP.

### INTRODUÇÃO

Desde o século passado, que a democracia ganhou uma extrema importância. Ao longo da sua história moderna, este tipo de sistema político tem sido colocado num pedestal e que não há nenhuma opção melhor. Uma frase muito usada para 'perdoar e tapar os erros' da democracia é original de Winston Churchill 'A democracia é a pior forma de governo, à exceção de todos os outros', esta frase admite que embora a democracia não seja um sistema perfeito é o melhor dentro dos disponíveis. É a partir desta ideia que me surgem duas perguntas, 'Será que a democracia é um sistema ultrapassado?' e 'Será a democracia realmente o melhor sistema?'. Para responder a estas perguntas é necessário perceber quais os erros da democracia<sup>1</sup>, que tipo de pessoas existem nas democracias e que outras opções podem ser analisadas.

### ERROS DA DEMOCRACIA

A democracia comete erros grotescos na sua

base. As promessas que este sistema faz são talvez a maneira de conseguir ignorar-se os seus problemas. Embora seja difícil criar uma definição do que é a democracia e quais os princípios que a mesma deve ter, a maior parte dos indivíduos democráticos destaca que é o sistema mais justo, que é o único que concede ao cidadão liberdades políticas e que a participação política permite ao indivíduo envolver-se ativamente no processo de decisão. Estas ideias estão todas interligadas e são talvez a maneira mais fácil de perceber qual o problema da democracia, são a força que dão às pessoas, não como indivíduo, mas como um grande grupo que possui diferentes necessidades, opiniões e características.

### TIPOS DE PESSOAS

Na democracia, é possível distinguir as pessoas consoante a maneira que pensam e tomam as suas decisões políticas. Ademais, é possível perceber como estas defendem as suas opiniões políticas e como reagem elas a ideias opostas. Utilizando como base o trabalho de Jason

---

<sup>1</sup> Em específico, da democracia representativa.

Brennan, no livro *Contra a Democracia* é possível colocar as pessoas em três categorias: *Hobbits*, *Hooligans* e *Vulcanos*.

### 1. **HOBBITS**

Segundo ele, são cidadãos apáticos e ignorantes quanto à política. Não possuem opiniões fortes sobre questões relacionadas à política, podendo até não ter qualquer opinião. Tendem, a ser pessoas sem qualquer interesse político e com um conhecimento superficial sobre a dinâmica do seu país;

### 2. **HOOLIGANS**

Esta categoria de cidadãos, segundo o autor, são os fanáticos da política, assemelhando-se aos fanáticos dos clubes de futebol. São pessoas que possuem ideias muito fortes sobre o mundo e dificilmente mudam-nas. Tendem a consumir bastante informação política, contudo, bastante tendenciosa e que apenas serve para aumentar o seu ego e a afirmar as suas opiniões. Estas pessoas quando confrontadas com dados factuais que desmentem a sua opinião ignoram ou rejeitam esses dados. Para além disso, são pessoas que, tal como nos clubes de futebol, apoiam, incondicionalmente, o seu partido/candidato favorito.

### 3. **VULCANOS**

Tendem a ser a minoria da população, isto porque são pessoas que pensam cientificamente e racionalmente sobre política. Estes tipos de cidadãos interessam por política, contudo, tendem a ser imparciais, procurando entender os vários pontos de vista, para que depois consigam tomar decisões mais racionais. Porém, mesmo quando constroem a sua opinião, não desvalorizam as pessoas que possuem uma visão diferente da sua.

Utilizando estas categorias, é possível começar a entender o porquê das liberdades políticas, a participação política e que dizer que democracia é um sistema justo se traduz num erro. Observemos por exemplo as liberdades políticas, muitas pessoas acreditam fortemente que é uma liberdade como as outras, contudo é uma visão errada. Imaginemos uma pessoa decide que irá começar a comer apenas doces, nenhum de nós pode proibi-lo de o fazer mesmo que ele fique em uma forma deplorável, pois embora a decisão dele tenha sido má apenas afetará a sua vida apenas. Contudo, o mesmo não se pode verificar numa democracia, quando os cidadãos agem sem perceber o que estão a fazer, as suas decisões, ao contrário de outras liberdades, afetam não só o indivíduo como toda a população. Ou seja, mesmo que exista um grupo pequeno que se esforce para perceber quais os partidos/candidatos existentes, o que eles defendem e para além disso distinguir o que é o errado do certo, estes terão de sofrer por causa das decisões precipitadas e sem fundamento daqueles que não possuem esse conhecimento. Logo, as liberdades políticas não são como as outras liberdades que nós possuímos, pois as decisões afetam sempre outras pessoas.

Alguns democráticos conseguem perceber esta dificuldade do sistema, contudo, defendem que devemos então pensar em procurar mais canais de participação para o cidadão, pois, tal como John Stuart Mill, acreditam que se os indivíduos se envolverem mais na política estes podem educar-se politicamente e ainda interessar-se mais. Ora, esta ideia defende que haja uma democracia deliberativa o que é um sinal de

mudança, em comparação ao que existe atualmente. Embora concorde que se uma sociedade tivesse apenas *Hobbits* e *Vulcanos*, esta opção seria em termos instrumentais a melhor, isto porque haveria uma discussão coerente e em que os dois lados sairiam com uma maior literacia política. Contudo, as pessoas numa sociedade tendem a ser mais *Hooligans*, devido a vários vieses que a própria psicologia política observa, entre eles, destaco dois, o viés de confirmação/'desconfirmação', onde tendemos a aceitar os dados que apoiam as nossas opiniões e rejeitamos os fatos que desmentem as nossas opiniões. O outro viés é o de 'intergrupo', em que as pessoas costumam formar grupos/coligações, alinhando-se aos pensamentos do mesmo e opondo-se ao que os outros grupos pensam. Tendo em conta estes vieses podemos tirar duas grandes conclusões que demonstram que a democracia deliberativa pode não ser a resposta para o problema. A primeira conclusão a ser tirada é que embora pode facilitar o entendimento entre indivíduos, não melhora a cooperação entre grupos, pois as pessoas ao identificarem-se como membros de um grupo, dificilmente vão deliberar com outros grupos. A segunda conclusão a ser tirada é que estes grupos nunca vão ter o mesmo peso na deliberação, pois um grupo com maior dimensão tenderá a sobrepor-se sobre grupos menores. Logo, podemos concluir que a democracia deliberativa possui os mesmos problemas que a democracia representativa, pois a ideia de que a participação política educará as pessoas é insuficiente.

### **A DEMOCRACIA JUSTA**

Observando as ideias que foram apresentadas

é difícil de confirmar esta ideia, pois não é justo que os indivíduos ignorantes tenham a mesma força de decisão e de mudança que aqueles que efetivamente possuem o conhecimento. Todavia, quero que o leitor entenda que o mais importante não é o sistema ser o mais justo, mas sim que este seja mais eficaz que os outros, apenas abri este ponto para concluir que é também errado dizer que o sistema democrático seja justo.

### **A DEMOCRACIA É UM SISTEMA ULTRAPASSADO?**

Se em outros tempos, a monarquia, dominou o mundo e era considerado por muitos o único sistema que contemplava as soluções para os problemas desse tempo, no mundo moderno já não possui tanta relevância. O título de sistema dominante a nível mundial foi atribuído à democracia, que hoje é dominante e tende a ser o regime defendido pela maioria da população ocidental e também por uma boa parcela das nações asiáticas. Apesar disso, a democracia nos dias atuais tem tido novos obstáculos e desafios que fazem alguns questionar se ela já está ultrapassada. Na minha opinião e tendo em conta os pontos que apresentei, creio que não. Digo isto porque acredito que a democracia é um sistema possível nos tempos atuais e que continua a responder à maioria das necessidades da sociedade, mas isto não significa que não se deve procurar inovar e tentar remodelar ou mesmo procurar sistemas que respondam de maneira mais eficaz aos problemas.

### **A DEMOCRACIA É O MELHOR SISTEMA?**

A resposta a esta pergunta é complexa e não deve ser tratada com a leveza que os indivíduos

defensores da democracia tratam. Na minha perspectiva, penso que é possível responder a esta pergunta de duas maneiras. A primeira, seria responder negativamente a esta pergunta, pois a democracia ao dar a todos os indivíduos, independentemente do seu conhecimento e das suas capacidades de raciocínio lógico, a oportunidade igual de decidir o que é o melhor para a sociedade fazendo com que, consequentemente, se obtenha decisões erradas e que afetam não só os *Hooligans* e os *Hobbits*, mas também os *Vulcanos* que tomaram decisões ponderadas e factuais. Para responder a este problema e conseguir com que a população se torne cada vez mais próxima dos grupos dos cidadãos '*Vulcanos*' recomendo um sistema diferente. Na minha conceção, defendo que optar por uma 'epistocracia' seria uma opção viável e para não exigir muito ao próprio Estado, podia passar por mudar-se para uma *votação ponderada*, ou seja, antes de votar os cidadãos realizam um questionário que demonstre os seus conhecimentos sobre política básica<sup>2</sup> e caso se conclua que não tem as aptidões necessárias, não poderão votar naquelas eleições, todavia, terá a possibilidade de realizar cursos sobre política e educar-se mais sobre a mesma, para que numas outras eleições tenha a possibilidade de votar. Assim consegue-se, primeiramente, tirar os indivíduos que poderão proporcionar decisões erradas ou sem preparação, das eleições. Em segundo lugar valoriza-se o conhecimento dos cidadãos e, por consequência, incentiva-se a que

todos os outros procurem obter esse conhecimento. Este sistema poderá passado uns anos assemelhar-se a uma democracia, contudo a sua população está bem mais apta e os decisores são também mais preparados devido a ter um eleitorado mais exigente, o que os obriga a estar mais atento aos problemas/necessidades da população. Contudo, muitos poderão dizer que este sistema não é justo. Embora eu defenda que este sistema é mais justo que a democracia, posso entender essa preocupação, mas relembro que o importante não é o sistema ser justo, mas sim eficaz.

A segunda resposta possível a esta pergunta é dizer que a democracia não é o melhor sistema, mas devido ao medo do desconhecido, não compensa a arriscar para algo novo, mesmo reconhecendo os erros da democracia. Para as pessoas que pensam assim e nem sequer refletem sobre isso, deixo uma frase de Herbert Spencer, 'Um homem não é menos escravo por ser autorizado a escolher um novo dono ao fim de alguns anos'.

---

<sup>2</sup> Paralelamente acontecerá o mesmo com aqueles que pretendem-se candidatar aos cargos políticos, contudo os testes terão uma dificuldade maior.

## *Democracia e Parlamentarismo, Carl Schmitt*

**DUARTE MENDES RIBEIRO**

[duartemendesribeiro@gmail.com](mailto:duartemendesribeiro@gmail.com)

Licenciado em Ciência Política, Universidade do Minho.

Mestrado em Ciência Política, 1.º ano, Universidade do Minho.

Em *Democracia e Parlamentarismo*, o alemão Carl Schmitt, que poliu ao longo da sua vida um vasto pensamento, vertido em obra, foca-se essencialmente na sua conceção de democracia. De facto, esta é muito particular, com traços distintos que a tornam referência em debates que emergem continuamente quando o assunto é a crise da democracia. Resulta claro, na leitura do ensaio, não só uma crítica à democracia – que, como veremos, é alvo de reinterpretação ou nova leitura – mas um juízo lúcido e válido da encruzilhada em que o edifício democrático, efetivado num contexto que o autor conhece e vive, se vê envolvido. A sua visão revela-se conhecedora das mutações que a marca genética democrática recebeu e assimilou com o passar do tempo.

A começar, a democracia interagiu, de forma mais premente, a partir da modernidade política, com o grande conceito de *representação política*, feito realidade através da instituição que define o liberalismo — o Parlamento. A lógica inerente a tal conceito radica na ‘inidentidade’, que remete para o facto de uma distinção efetiva entre o corpo dos governantes e o corpo dos governados, e mediante o qual o primeiro teria, a princípio, margem de discricionariedade considerável em relação ao segundo. Convocar a representação — e já agora o debate sobre a identidade — é oportuno para perceber os contornos que, na

visão de Schmitt, se perfilam problemáticos para a democracia liberal sua contemporânea.

Aos olhos de um democrata cujo vigor da defesa do ideal depende intrinsecamente de uma mundivisão liberal, o resgate do conteúdo ‘schmittiano’ sobre o fenómeno em questão, nem que seja para explicar o estado crítico que o enferma, é pelo menos tensional.

Schmitt, em *Teologia Política*, num registo epigramático — que confere à sua obra sinais de marco literário — enuncia duas teses do seu pensamento político: “O soberano é aquele que decide sobre o estado de exceção” e “Todos os conceitos marcantes da teoria política moderna são conceitos teológicos secularizados”, no primeiro e terceiro capítulos, respetivamente (Schmitt *apud* Aurélio, 2024). O conteúdo destas duas afirmações contém uma incursão perentória no campo metafísico, a claro contraciclo da generalidade da teoria política.

Este aspeto não é despiciendo para a análise de *Democracia e Parlamentarismo* cujo início faz antever logo a sua presença na reflexão sobre o estado da democracia liberal. Situa a sua análise na ordem das ideias, pois, como explica, só a partir dela se pode extrair — e, com isto, iluminar explicitamente — o espírito que enforma a instituição parlamentar. Afigura-se assim um método que, embora seja motivo de

acossamento, Schmitt tem em bastante consideração: é de absoluta centralidade o descortinar daquilo que ele, de entre tantos modos, chega a designar de “base espiritual” ou “verdade moral” (p. 180).

Em verdade, esta é composta por princípios bem claros que conferem superioridade a determinada instituição: são princípios exclusivos e, por conseguinte, absolutos (no sentido metafísico) que a sustentam teoricamente. A atribuição de primazia à ordem das ideias relega o desempenho operacional de uma instituição: dá-se, pois, o caso de que o parlamentarismo, embora permaneça útil no mundo faticamente considerado, foi descalçado de uma fundada sustentação.

O âmago do parlamentarismo reside, como aceita o próprio Schmitt, no valor da discussão pública, “uma troca de opiniões dominada pela finalidade de convencer o opositor mediante argumentos racionais de uma verdade e adequação ou deixar-se convencer pela verdade e adequação” (p. 182). E é a partir daqui que resulta mais claro — falando mais na perspectiva do leitor — a necessidade de se ter conduzido o debate por este meandro específico. Há uma degeneração irremediável do princípio, ou mesmo, é melhor dizer, um triunfo da negociação sobre a discussão.

A discussão pública vincula-se a uma racionalidade desinteressada que procede em torno de ideias, que — embora corporizadas por pessoas, organizadas em grupos diferentes — conflituam naturalmente entre si, sem, todavia, se perder de vista a possibilidade de atingir o

argumento mais válido. Já a negociação opera em moldes avessos a esta ideia benigna de elevação das ideias, e é, como escreve sugestivamente o autor, a constatação de que “um acordo magro é melhor do que um processo gordo” (p. 183). Por “processo gordo”, dá a entender o processo que implica a discussão séria que os agentes políticos nada valorizam.

Na busca do “núcleo último da instituição” — o aspeto que temos vindo a sublinhar como chave principal do texto —, assoma-se o estado irreversível do parlamentarismo; e tanto assim é que Schmitt, nas suas considerações sobre este tópico, esclarece que só mesmo através do plano das ideias se pode vislumbrar o alcance em que “a instituição [o parlamento moderno] perdeu moral e espiritualmente o seu solo e se mantém apenas como um aparelho vazio” (p. 197). Ainda que permaneça viva e funcional na realidade fática, o mal fundamental de toda e qualquer instituição é o desencontro com a sua ideia primordial.

A democracia, na linha de pensamento ‘schmittiana’, radica na igualdade substancial. Esta é definida assim, porque portadora permanente de uma desigualdade: o igual é tratado por igual e o desigual é tratado por desigual, distintos os dois grupos por alteridade. Isto decorre do facto desta proposta de igualdade envolver-se osmoticamente na homogeneidade — que é a unidade da nação.

Não nos parece possível, atentando à contundência desta formulação, ignorar outro ponto paradigmático da obra do germânico. Para Schmitt, a fundamental distinção é o conceito

amigo-inimigo através do qual se dá a autonomia da esfera política e, com ele, a valorização da conflitualidade política. Para um povo, “nisso [na diferenciação amigo-inimigo] se encontra a essência da sua existência política. Se já não tiver a capacidade ou a vontade desta diferenciação, ela deixa de existir politicamente” (Schmitt, 2020, p. 91). O inimigo é, acima de tudo, o inimigo político e não o privado a quem os homens dedicam sentimentos pessoais menos positivos; especificamente, “o inimigo é sempre partilhado por um coletivo, em particular por um povo estabelecido num território” (Aurélio, 2024, p.46).

Isto encontra relação com a igualdade, na justa medida em que esta passa também a integrar a categoria de conceito político, com um sentido próprio e provido de conteúdo. Situação diferente é a igualdade se entendida nos termos da grelha liberal — não é da matéria dos Estados realizá-la, porquanto se afiguraria não só impossível como também indesejável; na condução de um Estado, a igualdade política é um ativo a considerar, mas cuja essência depende do concretizar-se plenamente, sob pena de perder-se, sobretudo, a própria política.

O elemento crítico de Schmitt no particular da sua visão de democracia é mesmo a igualdade enquanto possibilidade permanente de desigualdade. Ponto interessante da presente obra é quando transmite o seu parecer acerca do contrato social de Rousseau. Reconhecendo a influência do genebrino no pensamento democrático, Schmitt ousa identificar no seu conhecido arranjo teórico o que escapou à leitura dos modernos: o seu carácter ambivalente (p. 190). Não obstante seja arriscado assumir, o

exercício é recuperar Rousseau para mostrar aos detratores liberais que a sua conceção democrática, mais do que liberal (pois, em todo o caso, é antiliberal), é de inapelável mérito.

Independentemente do que significaria tal divagação nossa, para Schmitt, a necessidade do contrato só é justificável perante a observação de diferenças entre os homens. Ou seja, este contrato só pode ser concebido como formal pelos liberais, porque, na verdade, o teor que o torna substantivo — a *volontée générale* — é “algo que existe ou não existe” (p. 191); não se tratando de um princípio, o teor é já a realidade a operar naturalmente com vista a uma identidade. Tendo em conta este último tópico, à vista do leitor agrava-se ainda mais a distância que separa a democracia do parlamentarismo.

Ainda a este mesmo propósito, é interessante perceber que Schmitt, mais à frente, explora-o, fazendo até uma enumeração, mas sem deixar de referir a identificação. Embora para ele a democracia seja a “identidade entre governantes e governados” (p.201) — identidade por excelência —, reconhece que, entre uma e outra, não existe ainda uma plena e completa integração. De certo modo, o que aqui se sugere é que a identificação acaba por ser uma tentativa de conseguir a identidade.

O pensador considera que todas as ditaduras, nomeadamente o fascismo e o bolchevismo — contemporâneas do descreditado parlamentarismo —, são antiliberais. Porém, assume, textualmente, sem qualquer tergiversação, que se encontram ditaduras na história da democracia, porquanto se revelam

como métodos ao serviço do desiderato (democrático, deva dizer-se, na visão do autor) de “formar a vontade do povo e criar uma homogeneidade” (p. 193). Em linha com esta sua ideia, Schmitt ataca impiedosamente o conhecido mecanismo eleitoral das democracias representativas liberais, o sufrágio: segundo ele, o princípio da privacidade do voto inquina, de modo flagrante, o carácter público do povo, fragmentando o coletivo, ferindo a unidade e remetendo os homens a uma esfera estritamente pessoal. Entre vários aspetos que o autor vislumbra depreciativamente nas democracias de massas, está a propaganda; ora, se a decisão do indivíduo ocorre no exclusivo âmbito privado, os efeitos da dita podem produzir consequências mais intensas e nefastas na unidade política e na vontade existencial de um povo.

A democracia, do ponto de vista das ideias políticas, venceu o combate à monarquia, beneficiando grandemente do estado de desistência e senectude do adversário. Este dado concretiza-se numa rutura específica da História, a Revolução Francesa, em 1789, com o assinalar da “maré de democracia contra a qual parecia não haver diques” (p. 197). Ao reclamar um tipo de legitimidade para a democracia — de modo a não incorrer no mesmo erro da monarquia —, Schmitt considera que, em momentos decisivos, pode ter lugar uma intervenção que se proponha ao estabelecimento do princípio da não-intervenção e, com efeito, ao princípio da autodeterminação do povo. Como exemplifica, é assim que uma instituição de direito internacional, no caso a então Liga das Nações, encara a hipótese da intervenção.

De um modo geral, a leitura do texto *Democracia e Parlamentarismo* salienta com franqueza uma mundividência sobre o conceito de democracia, elaborando uma reflexão crítica do conjunto alargado de fatores com os quais o próprio Carl Schmitt contactou na situada República de Weimar. Com o método utilizado — e permanentemente enfatizado na presente reflexão — revela-se uma consistência expressiva do autor, tratando-se do fio condutor da sua análise, essencial à compreensão posterior e concreta da crise da democracia de massas.

Magalhães (2024) considera que o espectro da democracia acolhe no seu seio “elementos de tensão inerradicável que extravasam o perímetro ideológico do liberalismo e que com ele se relacionam num regime de tensão inerradicável” (p. 13). Por sua vez, Sá (2021) sublinha que a tese do fim da história — teleologia de Fukuyama — levou a uma aparente despolitização (neutralização), forçada pelo neoliberalismo.

Em suma, releva dizer que, após os acontecimentos do final do último século e perante novos desafios que interpelam a hodiernidade, a obra de Schmitt é reveladora dos tais elementos que, fora e além do liberalismo, questionam constantemente o *status quo*, infirmando a ideia de uma definitiva ausência de alternativa. Aqui, vimos atribuída ênfase à ideia de formação de vontade do povo. Esta reveste-se de um carácter de impermanência, persistente e irresolúvel, que torna a análise do complexo e diversificado populismo cada vez mais estimulante.

**REFERÊNCIAS**

- Aurélio, D.P. (2024). *Soberania Popular*. Húmus.
- Magalhães, P. T. (2024). *Modernidade e Democracia*. Livros Horizonte.
- Sá, A.F. (2021). Populismo e liberalismo: entre direita conservadora e esquerda progressista. In. A. Barata, L.P. Coutinho & M.N. Brito (Orgs.), *Populismo e Democracia* (pp. 17-45). Edições 70.
- Schmitt, C. (2020). *O Conceito do Político*. Trad. de Alexandre Franco de Sá. Edições 70.

## Como Salvar as Democracias: o Papel Complementar das Visões Pluralista e Elitista

MIGUEL CARVALHO

[migoak@gmail.com](mailto:migoak@gmail.com)

Mestrado Integrado em Engenharia e Gestão Industrial.  
Mestrando em Ciência Política, 1.º ano, Universidade do Minho.

### RESUMO ANALÍTICO

Em *The Essence and Value of Democracy*, Kelsen (2013) introduz-nos uma visão pluralista de democracia. No entanto, Kelsen mostra-nos como o princípio da maioria, que permite a governação, pode também levar ao enfraquecimento da democracia. Assim, o risco de autodestruição democrático é intrínseco à própria democracia. A ideia, por mais paradoxal que pareça, está certa. No entanto, tal não quer dizer que não se possa dificultar o crescimento de visões antidemocráticas, criando mecanismos que as combatam. Em *How Democracies Die*, Levitsky e Ziblatt (2019) explicam como as democracias dependem dos líderes políticos e do respeito destes pelas normas informais. Esta ideia remete-nos para um pensamento Weberiano de vocação para a política. Weber (1994) explica-nos que existem dois tipos de ética: ética da convicção, daqueles que acreditam numa ideia e guiam a sua ação baseando-se na mesma, independentemente das consequências que daí possam vir; e a ética da responsabilidade, de quem baseia as suas ações a pensar nas consequências das mesmas. Este ensaio procura, assim, cruzar como a visão de ética de Weber com a visão dos líderes políticos apresentada por Levitsky e Ziblatt (2019). Conclui, de forma aparentemente paradoxal, que

se queremos conservar a democracia liberal e pluralista, como proposta por Kelsen, temos de reconhecer que a sua natureza intrinsecamente autodestrutiva tem de ser equilibrada com um modelo elitista, como o que Weber apresenta.

**PALAVRAS-CHAVE:** Democracias; Pluralismo; Elitismo; Kelsen; Weber.

### ENSAIO

Em *The Essence and Value of Democracy*, Kelsen (2013) introduz-nos uma visão pluralista de democracia. A diversidade de ideias e formas de pensar, bem como a forma como as mesmas devem coexistir e ser respeitadas num sistema democrático, traduzem-se no pluralismo que defende, uma ideia central de qualquer democracia liberal. Esta é, na minha opinião, a visão idílica de democracia que qualquer democrata liberal defenderá: um espaço onde a pluralidade de ideias possa existir, originando um debate saudável de visões opostas e que permita construir um projeto comum de sociedade.

No entanto, Kelsen mostra-nos como o princípio da maioria, que permite a governação, pode também levar ao enfraquecimento da democracia. De facto, numa democracia, uma maioria pode votar no sentido de abolir instituições ou princípios democráticos, sendo que a lógica de Kelsen é de que tal decisão

resulta da vontade popular e deve, portanto, ser respeitada. Assim, o risco de autodestruição democrático é intrínseco à própria democracia. A ideia, por mais paradoxal que pareça, está certa. Parece-me, também, que esta é uma característica da democracia que nunca será totalmente eliminada. O risco de implosão democrática existirá enquanto as pessoas puderem votar e escolher o destino das suas nações (algo que terá sempre de existir numa democracia). No entanto, tal não quer dizer que não se possa dificultar o crescimento de visões antidemocráticas, criando mecanismos que as combatam. Tenho noção que esta é uma área cinzenta e sensível. Qualquer forma de limitar a concretização e aplicação de visões políticas pode ser vista como uma afronta à essência da democracia liberal. Mas a possibilidade de subversão democrática através do voto duma maioria, subjogando uma minoria, também o é.

Mas, então, como podemos fazer isto sem passar linhas vermelhas? Bem, como temos feito até agora. Ou melhor, como já foi feito e talvez tenha deixado de o ser há uns anos. Em *How Democracies Die*, Levitsky e Ziblatt (2019) explicam como as democracias dependem dos líderes políticos e do respeito destes pelas normas informais. Por um lado, a tolerância e respeito mútuos, entre os líderes de diferentes partidos permite a convivência saudável entre correntes ideológicas diferentes e a construção de pontes. Por outro, o autocontrolo e bom-senso levam a que os líderes eleitos se restrinjam de usar mecanismos que, embora legais, iriam reforçar o seu poder e levar a potenciais abusos. No entanto, recorrendo a vários exemplos, os

autores mostram como tais normas deixaram de se verificar quando os líderes políticos procuraram o poder apenas pelo poder. Assim, Levitsky e Ziblatt (2019) mostram que, na base da implementação e seguimento destas normas informais, os líderes políticos atuam como guardiões da democracia, prevenindo um retrocesso democrático.

O argumento de Levitsky e Ziblatt (2019) de que a democracia depende do estabelecimento e cumprimento dessas regras democráticas informais pelos líderes políticos remete-nos para a ideia weberiana de vocação para a política. Weber (1994) explica-nos que existem dois tipos de ética: ética da convicção, daqueles que acreditam numa ideia e guiam a sua ação baseando-se na mesma, independentemente das consequências que daí possam vir; e a ética da responsabilidade, de quem baseia as suas ações a pensar nas consequências das mesmas. Para Weber, apenas alguém que combina ambas — a convicção das suas ideias e a responsabilidade de pesar a consequência das suas ações — tem vocação para a política. De facto, podemos traçar um paralelismo entre a ética de responsabilidade Weberiana e o abandono das regras democráticas informais pelos líderes políticos que Levitsky e Ziblatt descrevem. Ao mesmo tempo, a procura da perpetuação no poder, em detrimento de lutar pelas ideias políticas, pode ser visto como o abandono da ética de convicção que Weber propõe. Assim, a visão Weberiana do político com vocação, que evoca um ser humano moralmente superior, convicto e responsável, mas também corajoso, pode ser visto como o perfil que Levitsky e Ziblatt (2019) argumentam que foi abandonado

pelos líderes políticos atuais. Esta ideia remete-nos para a importância de uma elite capaz e com coragem de enfrentar os dilemas morais e éticos que a política coloca à frente das pessoas.

Ao longo da sua obra, Levitsky e Ziblatt (2019) demonstram como vários Estados democráticos entraram em colapso quando os seus líderes políticos usaram vários mecanismos legais ao seu dispor de forma irresponsável, validando assim a ideia de autodestruição democrática apresentada por Kelsen. Os autores mostram ainda como algumas dessas táticas têm sido usadas nos Estados Unidos da América. Embora não haja dúvidas quanto à sua natureza democrática, é igualmente claro que a democracia norte-americana tem perdido força, à semelhança das democracias da Europa Ocidental, tal como provam os índices de democracia desenvolvidos pelo V-Dem (2024). Esta ideia de retrocesso democrático é suportada por Lührmann e Lindberg (2019), que argumentam que estamos já a assistir a uma nova onda de *'auto-cratização'* e que este processo se dá através da erosão das instituições democráticas, suportando assim, tal como Levitsky e Ziblatt (2019), o argumento de autodestruição Kelseniano.

É impossível desassociar esta erosão democrática do crescimento dos movimentos populistas. Aliás, foram as elites políticas que também deram força a esse crescimento, não só ao quebrarem as normas democráticas informais, mas também ao abandonarem os cidadãos que os elegeram. Fruto deste afastamento entre as elites políticas e os cidadãos, os líderes populistas surgiram, vendo uma oportunidade para explorar um eleitorado órfão de

representação, com um apelo através duma noção de identidade homogénea, ao estilo da apresentada por Carl Schmitt (2019). De facto, as ideias descritas na sua obra (Schmitt, 2009) parecem ter sido transpostas para os dias de hoje através da dicotomia 'nós vs. eles', as elites poderosas contra o povo sem voz. Não será injusto dizer que há um fundo de verdade nesta identidade criada. Numa lógica weberiana, as elites, ao perderem a sua vocação política assente na ética de convicção e responsabilidade, caíram num estado de petrificação, entrando numa realidade de luta e procura do poder apenas pelo poder. Aqui, identifica-se um dos males do modelo democrático elitista sem contrapeso: o afastamento entre os líderes políticos e os cidadãos que representam. Tal leva a um paternalismo excessivo por parte dos primeiros, que puxam para si a definição dos temas a discutir na arena política e a receita para os problemas sentidos pelos últimos. De facto, esta é uma das razões pelas quais as pessoas têm canalizado o seu voto para partidos populistas: o afastamento dos líderes democráticos (elites políticas) dos seus eleitores e das suas realidades. Isto, no fundo, traduz-se numa falta de pluralismo, já que impede que os cidadãos manifestem a sua opinião e visão política dentro do sistema democrático liberal, através dos seus eleitos. Como Magalhães (2024, p. 151) afirma, Kelsen não nega a necessidade de representação e liderança, mas salienta a necessidade de articulação entre os cidadãos e aqueles que elegem para os representar. Na minha ótica, fica clara a necessidade da pluralidade de ideias políticas e preocupações dos cidadãos se

manifestar através dos líderes/elites políticas.

Um outro fator contribuiu para este estado de petrificação das elites. Como Magalhães (2024) explica na sua interpretação, Claude Lefort considera que o apelo da identidade coletiva é uma inevitabilidade da democracia e este, corporizado pela narrativa populista, é necessário para a sobrevivência democrática. De facto, se o sistema democrático está dependente da existência da ameaça da deriva autocrática, poder-se-á dizer que foi o aparente desaparecimento desta que levou as elites a baixar a sua guarda. A declaração de vitória da democracia liberal anunciada por Fukuyama (1992) foi precipitada ou, no mínimo, extremamente arriscada. Esta ideia triunfalista da democracia liberal criou a ilusão de que a ameaça populista não existia. Por sua vez, tal levou os líderes políticos a cair num estado de petrificação, já que aquilo que os unia no seguimento das normas informais, a salvaguarda da democracia, deixava de ser necessário, em face do desaparecimento da ameaça autocrática. Estes dois descuidos, o afastamento dos cidadãos por parte das elites e a ausência duma ameaça comum, levou ao desrespeito pelas normas democráticas informais, como Levitsky e Ziblatt (2019) mostram, e ao rompimento dos vínculos de confiança e articulação entre eleitos (líderes/elites políticas) e eleitores, que Kelsen considera necessários.

Assim sendo, não apenas a análise e a proposta de Kelsen se provam acertadas, como também as de Weber. Mais, a obra *How Democracies Die* de Levitsky e Ziblatt (2019) confirma ambas as teses. No que diz respeito à visão de Kelsen, Levitsky e

Ziblatt (2019) mostram como, de facto, é a própria democracia que permite que se inicie um caminho de autodestruição, através das suas instituições e instrumentos formais, mas também informais. Tal evidencia, assim, a natureza intrinsecamente autodestrutiva da democracia liberal. Ao mesmo tempo, a falta de articulação com os cidadãos, considerada essencial por Kelsen, foi-se acentuando com o afastamento gradual dos líderes políticos daqueles que os elegeram. Por outro lado, Levitsky e Ziblatt (2019) mostram como este processo de erosão democrática acontece por as elites políticas caírem num estado de petrificação, entrando em lógicas partidárias e eleitoralistas. Primeiro, ao não atuarem de acordo com uma ética de responsabilidade Weberiana, não respeitando normas informais de convivência política, como a tolerância mútua e o não abuso de poderes. Em segundo, ao não seguirem uma ética de convicção, abandonando as suas ideias políticas à medida que se preocupavam apenas com a disputa do poder, juntando-se, inclusive, a líderes populistas. No caso norte-americano, tal aconteceu quando as elites políticas do Partido Republicano apoiaram Donald Trump, apesar de não partilharem as mesmas ideias, abandonando assim as suas convicções políticas. Esta análise evidencia como a receita de Levitsky e Ziblatt (2019) é bastante semelhante à de Weber, de que são necessários líderes carismáticos, convictos das suas ideias, mas responsáveis, de modo a preservar as democracias liberais como as conhecemos. Ao mesmo tempo, podemos ainda entender que a união entre as elites políticas de diferentes ideologias, e o consequente respeito pelas normas democráticas, se deve fazer em

torno da ideia de defesa e preservação da democracia liberal. De facto, como Lefort sugere, a ameaça da deriva autocrática parece ser necessária para que estas entendam que algo muito valioso e maior que todos nós está em jogo para entrarem em combates partidários e lutas de poder supérfluas.

Em suma, conclui-se, de forma aparentemente paradoxal, que se queremos conservar a democracia liberal e pluralista, como proposta por Kelsen, temos de reconhecer que a sua natureza intrinsecamente autodestrutiva tem de ser equilibrada com um modelo elitista, como o que Weber apresenta. É o próprio pluralismo, embora democrático e saudável como desejamos, que, associado a elites políticas desprovidas de responsabilidade e convicções, leva à degradação das democracias liberais. Assim, tal como Levitsky e Ziblatt nos explicam, para preservar a democracia liberal, são necessários líderes políticos com coragem e respeitadores das normas formais e informais. De facto, para a proteção de uma democracia liberal, onde todos tenham espaço para serem livres, as elites políticas apresentam-se como atores essenciais e indispensáveis. No entanto, para tal, delas precisamos o máximo sentido ético e capacidade para liderar nações, sem nunca deixar de auscultar aqueles que representam. Ou, em termos weberianos, apenas líderes com convicção e sentido de responsabilidade — apenas líderes assim — têm vocação para salvar

as nossas democracias.

## REFERÊNCIAS

- Fukuyama, F. (1992). *The End of History and the Last Man*. Free Press.
- Kelsen, H. (2013). *The Essence and Value of Democracy*. Rowman & Littlefield Publishers.
- Levitsky, S., & Ziblatt, D. (2019). *How democracies die*. Crown.
- Lührmann, A., & Lindberg, S. I. (2019). A third wave of autocratization is here: what is new about it? *Democratization*, 26(7), 1095–1113.  
<https://doi.org/10.1080/13510347.2019.1582029>
- Magalhães, P. (2024). *Modernidade e Democracia*. Livros Horizonte.
- Schmitt, C. (2009). Democracia e Parlamentarismo (1923). In *Representação Política. Textos Clássicos* (pp. 177–206). Livros Horizonte.
- V-Dem. (2024). *Democracy Winning and Losing at the Ballot*. <https://v-dem.net/about/funders/>
- Weber, M. (1994). *Weber: Political Writings* (P. Lassman, Ed.). Cambridge University Press.  
<https://doi.org/10.1017/CBO9780511841095>

## Max Weber: a Ética Política à Lupa dos Dias de Hoje

MIGUEL CARVALHO

[migoak@gmail.com](mailto:migoak@gmail.com)

Mestrado Integrado em Engenharia e Gestão Industrial.  
Mestrando em Ciência Política, 1.º ano, Universidade do Minho.

No seu famoso ensaio *A Política como Vocação* (1994), Max Weber discorre sobre vários tópicos que ainda hoje são alvo de estudo atento. De facto, uma das características da obra de Weber é a atualidade dos seus conteúdos e ideias, apesar de terem mais de 100 anos. Ideias como a sua definição do conceito de Estado, os três tipos de autoridade (carismática, tradicional e legal-racional), o contraste entre lideranças carismáticas e burocracia, ou os dois tipos de ética política, são ainda uma reflexão extremamente precisa nos dias de hoje.

Relativamente aos tipos de ética, Weber explica que existem dois tipos de ética: ética da convicção, daqueles que acreditam numa ideia e guiam a sua ação baseando-se na mesma, independentemente das consequências que daí possam vir; e a ética da responsabilidade, de quem baseia as suas ações a pensar nas consequências das mesmas. Ao longo do texto, Weber apresenta uma postura crítica de quem segue as suas convicções, independentemente dos resultados que possam ser produzidos. No entanto, e apesar da feroz crítica à ética da convicção, Weber acaba por admitir que o ideal é que estas duas éticas se complementem, já que a ética da responsabilidade sem uma causa, ou seja, o poder pelo poder, não traz benefício algum à sociedade. Weber conclui a sua obra afirmando que apenas alguém que não mude de opinião

quando os restantes não conseguem entender a sua ideia, alguém que combina paixão com capacidade de decisão — apenas essa pessoa tem vocação para a política.

Olhando para os dias de hoje é fácil entender como esta ideia faz todo o sentido. Hoje, ora assistimos a burocratas sem qualquer tipo de convicção, que apenas buscam o poder pelo poder, ora nos deparamos com populistas, que procuram explorar apenas a paixão das pessoas e sem qualquer tipo de sentido de responsabilidade. No primeiro caso, a falta de uma convicção, ou de um projeto e visão de governo, leva inevitavelmente à estagnação da sociedade. Um político sem uma causa pela qual combater irá procurar o caminho fácil de manutenção do *status quo*, em vez de liderar as pessoas rumo a um futuro melhor. As reformas necessárias para fazer a sociedade evoluir estão, por isso, dependentes da paixão dos líderes políticos, pelo que esta se prova essencial. Em sentido oposto, a total ausência de responsabilidade, que hoje caracteriza os movimentos e políticos populistas, produz um efeito potencialmente catastrófico. Levitsky e Ziblatt (2019) falam das regras democráticas informais e de como estas são cruciais para a saúde da democracia. Podemos olhar para estas regras informais como uma aplicação prática do conceito de ética da responsabilidade, já que

estas normas não escritas, mas cruciais, estão assentes num princípio de sensatez e seriedade democráticas, assumidas pelos representantes políticos. Como os autores demonstram na sua obra, o abandono deste conjunto de regras tem levado à degradação da democracia americana e da sua capacidade reformista. O abandono total destas regras, ou seja, o abandono total do sentido (ética) de responsabilidade culminou na invasão do Capitólio, o ponto mais baixo da histórica recente da democracia norte-americana, incitada pelo líder máximo do país, o Presidente em exercício, Donald Trump. Este exemplo, demonstra bem os efeitos que a falta de responsabilidade dos líderes políticos pode ter na sociedade.

Em suma, não posso deixar de apontar a precisão do diagnóstico à ética política que é realizado por Max Weber. Tanto a ausência de convicções políticas, como a falta de responsabilidade, têm efeitos potencialmente nefastos para a nossa sociedade e democracias. Concluo, afirmando que, de facto, apenas alguém com paixão e sentido de responsabilidade — “apenas alguém assim tem vocação para a política”.

### REFERÊNCIAS

- Levitsky, S., & Ziblatt, D. (2019). *How democracies die*. Crown.
- Weber, M. (1994). *Weber: Political Writings* (P. Lassman, Ed.). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511841095>.

## Democracia Liberal e o Fim da História... Mas será mesmo assim?

MIGUEL CARVALHO

[migoak@gmail.com](mailto:migoak@gmail.com)

Mestrado Integrado em Engenharia e Gestão Industrial.  
Mestrando em Ciência Política, 1.º ano, Universidade do Minho.

Na sua famosa obra “O Fim da História e o Último Homem” (1992), Francis Fukuyama argumenta que a democracia liberal venceu e que as ditaduras deixaram de constituir uma alternativa ideológica à mesma. Apesar de Fukuyama ter escrito a sua obra em 1992, altura em que a contínua expansão da democracia liberal poderia parecer inevitável, o tempo mostrou-nos que não só tal não se verificou, como poderemos mesmo estar num processo de retrocesso democrático. Com a devida distância temporal, importa por isso analisar as ideias do autor à luz da realidade atual.

Fukuyama está parcialmente certo ao argumentar que liberalismo venceu. De facto, muitos dos regimes, governantes e políticos não democráticos, ao invés de afirmarem e expressarem o seu autoritarismo, tentam disfarçar a sua faceta não democrática, afirmando-se como os verdadeiros defensores da democracia liberal. Quer isto dizer que, de certa forma, o liberalismo venceu e a discussão passou para o plano ‘*micro-ideológico*’, já que até os antidemocratas procuram passar por democratas liberais.

No entanto, assistimos a alguns casos de governantes que já desafiam abertamente a ideia de democracia liberal, como Viktor Orbán, que fala mesmo em democracia iliberal. Fukuyama

acerta no ponto de que não existe uma alternativa ideológica estruturada à democracia liberal, o que de facto parece ser verdade, já que estes regimes, no mínimo iliberais, não tem ideologia e estruturas sistematizadas e consolidadas entre si, funcionando de maneiras muito próprias. No entanto, também aqui o panorama poderá estar a mudar. Guriev e Treisman (2022) argumentam que as clássicas ditaduras do século XX, assentes no medo criado junto dos cidadãos, estão a desaparecer, sendo substituídas pela nova forma de ditadura do século XXI, a ditadura da manipulação. Neste novo tipo de ditadura, o regime procura passar a ideia de que é uma democracia, tentando, como mencionado anteriormente, disfarçar o seu pendor ditatorial. De facto, é cada vez mais comum estes regimes terem eleições com sufrágio universal, uma característica de qualquer democracia liberal que seria impensável nas ditaduras do século XX. Assim sendo, estamos a assistir a uma metamorfose das ditaduras, que surgem com um novo modelo assente na manipulação das massas, em vez do medo.

Em suma, Fukuyama acerta parcialmente na sua afirmação de que o liberalismo venceu, já que os novos regimes iliberais ou antidemocráticos tentam vender a ideia de que são liberais, assumindo no fundo que a sociedade reconhece a superioridade desta ideologia, o que é, em certa

medida, uma vitória. No entanto, o crescimento destes regimes iliberais, que procuram continuamente novas maneiras de se consolidarem e sistematizarem, mostra que Fukuyama se precipita ao declarar o fim da história, afirmando que a sociedade humana caminhou para este ponto em que a democracia liberal é a forma final de governo. Reconhecendo que esta nova forma de regime não está totalmente consolidada, é precipitado afirmar que tal não acontecerá e que a sua expansão não aconteça. Aliás, podemos mesmo já estar a assistir a uma nova onda de *auto-cratização*, tal como demonstrado por Lührmann e Lindberg (2019), que também argumentam que as novas autocracias se caracterizam, precisamente, por surgirem fruto duma erosão democrática, mantendo em funcionamento muitas das instituições democráticas.

Numa era de constantes revoluções tecnológicas, e com o avanço significativo da Inteligência

Artificial, a exponenciação de novas formas de regimes autocráticos pode muito bem tornar-se a realidade. Afirmar o contrário e não agir para estudar e prevenir tal acontecimento, esperando para assistir ao desenrolar dos próximos eventos, é um exercício arriscado para quem privilegia a democracia enquanto forma de regime.

## REFERÊNCIAS

- Fukuyama, F. (1992). *The End of History and the Last Man*. Free Press.
- Guriev, S., & Treisman, D. (2022). *Spin dictators: The changing face of tyranny in the 21st century*. Princeton University Press.
- Lührmann, A., & Lindberg, S. I. (2019). A third wave of autocratization is here: what is new about it? *Democratization*, 26(7), 1095–1113.  
<https://doi.org/10.1080/13510347.2019.1582029> .

## Democracia Ateniense: transposição da democracia direta para os dias de hoje

MIGUEL CARVALHO

[migoak@gmail.com](mailto:migoak@gmail.com)

Mestrado Integrado em Engenharia e Gestão Industrial.  
Mestrando em Ciência Política, 1.º ano, Universidade do Minho.

Olhando hoje para trás, é justo reconhecer que a democracia Ateniense foi uma forma de governo à frente do seu tempo, bem como à frente dos 2 milénios que se seguiram até à maior consolidação desta forma de sistema político. De facto, o privilégio da democracia direta, da participação de todos os cidadãos em assembleia aberta e do sistema de sorteio para os cargos políticos era incomum para a época que se vivia. Apesar de apenas os homens adultos serem considerados cidadãos, algo que hoje seria visto como profundamente antidemocrático, é preciso entender o contexto e a cultura da época. Apesar disso, todos aqueles que eram considerados cidadãos tinham os mesmos direitos políticos, não havendo favoritismos por razões de riqueza ou estatuto, o que por si só indica uma visão bastante liberal de igualdade.

Estas características vanguardistas da democracia Ateniense merecem, no entanto, um olhar crítico, sobre como resultariam na sociedade atual. Em particular, a democracia direta é potencialmente uma forma de democracia paradoxal. Se, por um lado, podemos argumentar que é a expressão mais pura de democracia, já que permite a todos os cidadãos governarem diretamente o seu país, podemos facilmente entender como pode ser um instrumento profundamente antidemocrático e castrador dos direitos individuais. De facto, se numa democracia

direta os cidadãos podem decidir sobre a legislação do seu país, quer isso dizer que uma maioria qualificada dos mesmos pode, por exemplo, optar por retirar direito de voto a certos grupos de cidadãos ou restringir a liberdade de expressão. Se, de facto, é a vontade da maioria dos cidadãos que governa os destinos dum país, essa vontade pode ir no sentido de eliminar direitos fundamentais sem os quais nenhum regime pode ser considerado verdadeiramente democrático. Um exemplo de como a democracia direta foi usada desse modo é o direito ao voto das mulheres na Suíça, apenas concedido em 1971, mais de 100 anos depois da primeira eleição federal, tendo o país sido das últimas democracias ocidentais da altura a fazê-lo (AFP, 2021). Tal aconteceu devido à preponderância que a democracia direta tem no sistema político deste país, que exigia que o sufrágio feminino tivesse de ser referendado, quando apenas os homens poderiam votar. Houve, inclusive, cantões onde o voto feminino apenas foi conquistado nos anos 90. A situação é irónica, já que o país é considerado uma das democracias mais antigas do mundo.

Poder-se-ia argumentar que as democracias têm instrumentos, como a constituição e os tribunais, que protegeriam esses direitos. Porém, a realidade é que a própria democracia direta poderia permitir que se votasse a alteração ou

total eliminação destes instrumentos. Nesse sentido, a democracia direta colocar-nos-ia mais próximos do risco de autodestruição democrática, que, segundo Kelsen (2013), é intrínseco à democracia. Neste aspeto, a democracia representativa tem uma vantagem sobre a democracia direta, que lhe permite atrasar o processo de autodestruição: as normas informais. Tal como Levitsky e Ziblatt (2019) afirmam, as democracias estão dependentes dum conjunto de normas informais que são cruciais para a sua preservação. Para que estas funcionem, é preciso que os atores políticos as aceitem e a elas adiram. A adesão a tais normas informais permite criar uma barreira, com um conjunto de representantes políticos a servirem de guardiões da democracia, que impedem que certas ações ou iniciativas antidemocráticas avancem. Este consenso é mais fácil de alcançar ao nível dos partidos políticos e representantes eleitos (característicos de uma democracia representativa) do que ao nível dos cidadãos (como numa democracia direta).

Assim, paradoxalmente, é a aparentemente mais pura forma expressão democrática, a democracia direta, que nos coloca mais próximos dum caminho antidemocrático, em vez da aparentemente mais impura democracia representativa. Atualmente, num contexto de

manipulação da informação e rápida disseminação de *fake news*, a democracia direta pode servir para acelerar a degradação das democracias, sendo o *Brexit* um exemplo de como estes dois instrumentos podem formar o *cocktail* antidemocrático perfeito (Empoli, 2023). De facto, o sucesso da democracia direta enquanto instrumento democrático está dependente do contexto e cultura política vigentes, sendo que os dias de hoje são naturalmente muito diferentes dos tempos da velha democracia Ateniese.

## REFERÊNCIAS

- AFP. (2021, Fevereiro 6). *Switzerland marks only 50 years of women voting and ponders gender gap today*. <https://www.euronews.com/2021/02/06/switzerland-marks-only-50-years-of-women-voting-and-ponders-gender-gap-today>.
- Empoli, G. Da. (2023). *Os Engenheiros do Caos*. Gradiva.
- Kelsen, H. (2013). *The Essence and Value of Democracy*. Rowman & Littlefield Publishers.
- Levitsky, S., & Ziblatt, D. (2019). *How democracies die*. Crown.

# ARTIGOS CIENTÍFICOS

## Trump's return to the White House and the future of European Strategic Autonomy: insights from the first term

MIGUEL CARVALHO

[migoak@gmail.com](mailto:migoak@gmail.com)

Mestrado Integrado em Engenharia e Gestão Industrial.  
Mestrando em Ciência Política, 1.º ano, Universidade do Minho.

### ABSTRACT

Donald Trump's first administration adopted an unprecedented radical rhetoric towards the EU and NATO, with several threats of US withdrawal from the alliance and refusal to help allies who failed to meet its expenditure target. His election led to significant changes in the way Europe envisions its security and defence, triggering urgent action by the EU. The election of Joe Biden in 2020 has calmed European's concerns. However, Trump is set to come back after winning the election in November 2024, reigniting fears from the first term. This has given reason to the long-discussed idea of increasing European defence strategic autonomy. This essay aims to understand what a second Trump administration might mean for Europe and its security, drawing insights from his first term. Therefore, the essay analyses how Trump's first administration has impacted the EU and shaped its policy in matters of defence and security, by looking into the history of transatlantic relations and European defence policy in the recent years. It concludes that, together with the whole situation in Ukraine, Trump's first administration has had a profound impact and deeply influenced Europe's vision of

strategic autonomy. As such, it is argued that Trump has successfully achieved his goal of getting US's European allies to increase their defence spending by following a transactional approach. It concludes that Trump has influenced the EU into seeking strategic autonomy and will likely continue to do so in his second presidency.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trump, European strategic autonomy, NATO, European defence and security, transatlantic relations.

### INTRODUCTION

The European Union (EU) and the United States of America (US) share a deep relationship. More than important trading partner, the US has been a key element for Europe's defence and security, especially under the umbrella of the North Atlantic Treaty Organization (NATO).

However, this relationship has had its ups and downs throughout the years, facing a particularly difficult moment in the years after Donald Trump's election. Trump's administration adopted a radical rhetoric towards the EU and NATO which was unprecedented, despite previous times of moderate American complaints about both organizations (Sperling & Webber, 2019). This

served as a wake-up call for the EU, as its most valuable ally was questioning its NATO membership and its support in case of an attack to Europe (Aggestam & Hyde-Price, 2019; Sperling & Webber, 2019). US's withdrawal from NATO would pose a security risk for the EU, leaving the old continent exposed and without guarantees of support.

This fear of US's positioning towards NATO and the EU vanished with the election of Joe Biden, representing a turning point in American foreign policy. However, Trump is set to come back after winning the election in November 2024, reigniting past fears. This has given reason to the long-discussed idea of increasing the EU's strategic autonomy, especially when it comes to its defence capabilities. Indeed, the EU has left the hard power to the US, attempting to assert itself as a soft power (Hyde-Price, 2006). However, recent times and the growing conflicts to the East, especially with the Russian invasion of Ukraine, have made the EU review its position and seek to increase its military power. With Trump's return to power, EU's positioning might be a permanent shift from past times, since the newly elected president has been very vocal about the need for American allies to invest more in its military and defence capacities (Politico, 2024a).

With all this in mind, it is important to understand what Trump's return to the White House might mean for the EU, its defence and search for autonomy. To do this, I will take a close look into the transatlantic relations during the first Trump administration and the evolution of Europe's defence strategy and initiatives. Then, I will attempt to draw insights that can help understand

how a second Trump administration might affect transatlantic relations and Europe's search for defence autonomy in the future. The timeline of analysis will focus on how transatlantic relations have unfolded since the election of Donald Trump in 2016 and how the EU's defence and security have evolved since then. However, to get a better understanding of what has been the norm in modern transatlantic relations, the analysis will be expanded to the period of the Bush and Obama administrations, as this will allow us to better analyse Trump's administration. Including these presidencies allows the comparison of how different political views of the world have influenced transatlantic relations, NATO and the EU, as they represent presidencies from the two main American political parties.

This essay is structured as follows. The second section analyses the EU-US relationship since 9/11 until the Biden administration. The third section dives into the EU policies and mechanisms for defence and security and how this has evolved in the past ten years. In the fourth section, a critical analysis will be made regarding what Trump's return to the US presidency represents for the EU's defence and autonomy in the future based on insights drawn from his first term and the recent European defence policy developments. Finally, in the last section, a summary of this essay will be presented.

## **THE NATURE OF US-EU RELATIONS: HOW TRUMP CHANGED AMERICAN FOREIGN POLICY**

It is a common belief that tensions between Europe and the US are recent, starting with the election of Donald Trump in 2016 and his

aggressive comments regarding the EU, its member states and NATO. However, this idea is not accurate and lacks historical context and deeper analysis. If one looks back into the historical nature of transatlantic relations, it will be found that disagreements between the EU and the US are not new, namely regarding European defence and NATO.

George W. Bush's presidencies were marked by several important moments. One that shaped security and defence politics in the US and the EU was the 9/11 attacks. The US launched a war on terror with interventions in Afghanistan (2001) and Iraq (2002). However, as Smith (2021) explains, despite initial solidarity between the EU and the US and the significant cooperation it led to, these interventions provoked some tensions between both parties, but also between EU member states, who disagreed regarding American policies. Several EU member states criticized the Iraq war and the global war on terror (Aggestam & Hyde-Price, 2019). Sperling and Webber (2019) classify the war on Iraq as the worst post-Cold War crisis NATO experienced. At the same time, the launch of the European Security and Defence Policy (ESDP) was also perceived as challenging the role of NATO (Mattox, 2008).

The European Security Strategy (ESS), agreed in 2003, clearly evidenced the differences between the EU's approach to global threats and the US's vision. While the former proposed multilateral cooperation, the latter defended a more aggressive stance and favoured the use of military force to assert its positions (Smith, 2021). This highlighted the differences between the normative/civilian power of the EU and the

hard/military power of the US.

The 2008 election changed American politics. The election of Barack Obama represented a shift in US policy, with a transition from the Republican to the Democratic party. Obama's arrival to the presidency in 2008 naturally pleased the EU and its member states, as Obama was closer to European values, the idea of normative/civilian power and multilateralism (Smith, 2021).

However, despite similar views, no strategic partnership was formalised between the EU and the US. Some reasons explain this: the 2008 financial crisis, and the fact that the US opted to deal with EU member states individually to convince them to play their role in security and wait for the implementation of the Lisbon Treaty (Smith, 2021). Smith (2021) points out that there was a big attempt to move towards a Transatlantic Trade and Investment Partnership, but it was met with opposition by some EU member states. Simultaneously, the US was more focused on Asia, attempting to play a key role in the Indo-Pacific region to counter China's influence, with the EU being merely a passive actor and following whatever stances the US would take.

On security matters, the Obama administrations and the EU wished to follow a different approach from Bush's confrontational and interventional one. Obama was determined to convince his allies to play a part in security and defence matters. However, given the limitations of the EU to contribute to these processes, there were no significant collaboration moments in this field between the EU and the US, with most collaborations being developed under NATO or with individual EU member states, as hard power

laid on the latter (Smith, 2021).

Despite the values convergence between the Obama administration and the EU, EU-US initiatives were scarce in a period where theoretically they were easier to be developed (Smith, 2021). Therefore, the period of the Obama administrations was a truly missed opportunity for more formal cooperation, namely in the domain of security and defence, with some even calling the relation between the Obama administrations and the EU “a disappointing love affair” (Politico, 2016).

In 2016, another change arrived. However, this time it was not a smooth one. Rivalry and opposing views are normal in politics, but Donald Trump shocked the world with his highly confrontational, aggressive and even rude style, making very personal and serious accusations to his political opponents (NBC News, 2016). This kind of rhetoric was also replicated in foreign policy and diplomacy.

Trump’s combination of nationalism, protectionism and “domesticism”, with its “America First” policy created uncertainty regarding US commitment to transatlantic relations and trade (Smith, 2021). Trump elevated nationalism above global governance (Sperling & Webber, 2019). His election also exponentiated the growing populism in Europe, which in turn also created problems within the EU member states and the EU itself, with growing contestation to the European project (Smith, 2021). Trump clearly represented an opposing view to the values the EU holds dear and that were shared by the previous Obama administrations. His views threatened the international liberal order that the

“normative” EU had been working for. Trump made direct accusations to the EU, calling it a foe that was taking advantage of the US (Sperling & Webber, 2019; The Guardian, 2018). Under Trump, the US renounced to several commitments, like the Paris agreements, and openly criticized others, such as UNESCO and the World Trade Organization (Smith, 2021; Sperling & Webber, 2019). This approach from the American diplomacy was unprecedented, creating tensions with Europe, with several European leaders publicly criticizing Trump’s rhetoric (Sperling & Webber, 2019).

However, the biggest fears of the EU, its members states and leaders were probably regarding NATO. Trump criticized the military alliance several times, suggesting the US could leave NATO and that US support to its European allies in case of an attack depended on whether they had met their defence spending agreed target (Aggestam & Hyde-Price, 2019; Howorth, 2018; Politico, 2024b; Sperling & Webber, 2019). Since Europe’s defence depends on the US and its capabilities, with NATO operations and interventions being possible only because of the American military resources (Sperling & Webber, 2019), these statements were obviously a concern to European leaders, especially considering the tensions to the East, with the Russian illegal annexation of Crimea.

Despite many commentators inducing us to think it was Trump who brought up the subject, American discontent with the contributions of European allies to the alliance was not new (Howorth, 2018). Several administrations, both from the Republican and Democratic party, had

expressed their dissatisfaction with US allies' role in NATO (Aggestam & Hyde-Price, 2019). During Bush's first administration, Secretary of Defense, Donald Rumsfeld suggested that NATO's purpose had become exhausted, and the alliance could be replaced, stating the armed forces of US allies were not up for the job (Sperling & Webber, 2019). Similarly, Obama's Secretary of Defence, Robert Gates, and Obama himself have also shared some criticism, hinting that European allies should make a bigger commitment to the alliance and invest more in defence (Aggestam & Hyde-Price, 2019; Howorth, 2018; Sperling & Webber, 2019). Even before all this, Henry Kissinger had already suggested that the influence of each NATO member should be proportional to its contribution to the alliance (Sperling & Webber, 2019). This shows that American foreign policy had always been critical of its European allies' investment in defence. Sperling and Webber (2019) state that the US' NATO history has been characterized by periodic tensions, in which the US opted to assert its voice and advocate for change of action by its allies. However, US's support to Europe and its NATO membership was never really in question until Trump's arrival to the Presidency. Trump's aggressive rhetoric created unseen tensions by adding urgency to European defence investment, representing a radical shift from the "3 Ds" policy popularised by former US Secretary of State, Madeleine Albright (Schuette, 2023).

Trump's approach to foreign policy is widely classified as transactional and utilitarian (Aggestam & Hyde-Price, 2019; Smith, 2021; Sperling & Webber, 2019), meaning that his approach merely aims to win something,

searching for advantages and gains for his part, with disregard for established norms and principles. In the case of NATO, the goal was to get US allies to increase their defence spending (Sperling & Webber, 2019), therefore increasing burden-sharing and reducing US investment in their defence.

After 4 tumultuous years, the Democratic party regained the White House after Joe Biden's election in 2020. Given the tensions created in transatlantic relations by the Trump administration, Biden's election was received with enthusiasm by European leaders, as he represented the values that had previously guided the Obama administrations, of whom Joe Biden had been Vice-President. His and other administration member's first statements on foreign policy were met with big relief (Knutsen, 2022). Simultaneously, Biden re-joined the Paris accords and recommitted the US to NATO and its allies' defence and security (Knutsen, 2022). This proved important, especially after the Russian Invasion of Ukraine, where the US has been a key partner of Europe, providing essential assistance to the Ukrainian resistance (Michaels & Sus, 2024). This is a particularly relevant topic, as the invasion brought war back to Europe and represents an attack on the European security order as a whole (Knutsen, 2022).

As the events have shown, the EU-US relationship is complex and has a changing dynamic, as pointed out by Smith (2021). Nevertheless, there is a depth in the relationship between the EU and the US that does not exist with any other EU partner, with the US being the EU's main trading partner. At the same time, the

US is critical for Europe's defence and has played a key role in the Ukrainian resistance against the Russian invasion.

### **EUROPEAN SECURITY AND DEFENCE EVOLUTION: THE SEARCH FOR STRATEGIC AUTONOMY**

European strategic autonomy has been debated for some time now, especially after the Common Security and Defence Policy (CSDP) (Csernaton, 2022). However, a greater focus has been given to the topic in recent years. Two big events have contributed to that: the Russian annexation of Crimea in 2014, and the election of Donald Trump in 2016. If in 2014, the former made alarms sound, the latter increased concerns that US military assistance would not come in the event of an attack. These events made European leaders realise they could no longer depend solely on the US to secure its defence, with German Chancellor Angela Merkel stating that the EU "should take fate into [its] own hands" (Aggestam & Hyde-Price, 2019; Sperling & Webber, 2019). Also, Juncker and its commission had already made security and defence a strong political priority for the EU (Håkansson, 2021).

This aspiration of securing Europe's strategic autonomy required European military capabilities, which had previously been neglected. To achieve this, actions have been taken throughout the years. As mentioned before, the illegal annexation of Crimea by Russia was one of the events that restarted the debate. As pointed out by Aggestam and Hyde-Price (2019), EU defence budgets slowly increased in the years that followed Russia's illegal annexation of Crimea. Another very important action taken by the EU was the

launch of the European Union Global Strategy (EUGS), just days after the Brexit referendum, in 2016.

The ambition of the EUGS is clear, as stated in the document by Federica Mogherini, Vice-President of the European Commission at the time: the "strategy nurtures the ambition of strategic autonomy for the European Union" (European Union, 2016). The strategic document states that an appropriate level of ambition and strategic autonomy is important for Europe to be able to promote peace and security within and beyond its borders (European Union, 2016). However, The EUGS talks about the importance and intent to deepen the EU's partnership with NATO, highlighting how both organizations complement one another, and cooperation is key (Howorth, 2018). Another important idea embodied in the EUGS is the need for the EU and its member states to step up its contribution to Europe's collective security, working closely with its partners, namely NATO, who should remain the primary actor of collective defence (European Union, 2016; Howorth, 2018). This clearly seeks to convey the idea that the EU should be more autonomous, without neglecting NATO and its importance, but by contributing more towards the alliance, therefore seeking to increase Europe's role in the organization and, consequently, in the peace and security of the world.

To translate this idea of growing European strategic autonomy into practice, several initiatives were launched in the field of security and defence, such as the European Defence Fund (EDF), the Coordinated Annual Review on Defence (CARD), and the Permanent Structured

Cooperation (PESCO) (Håkansson, 2021; Schuette, 2023). The launch of all these initiatives shows the intention of translating the EUGS into specific operational goals and capabilities. It simultaneously shows EU's commitment towards greater defence cooperation and capacity (Aggestam & Hyde-Price, 2019).

The EDF seeks to boost EU's defence industrial and technological independence by increasing investment in European defence research (Csernaton, 2022), with Sabatino (2022) classifying it as game-changer, as it is the first time the EU dedicates 8 billion euros from its budget to promote and develop collaborative efforts in R&D for defence. On the other hand, PESCO is the centrepiece to forge a European defence union and achieve strategic autonomy (Aggestam & Hyde-Price, 2019). PESCO aims to foster joint planning and investment in collaborative capability development and enhance the operational readiness of European armed forces. In its essence, it is a framework that contributes to make European defence more efficient, by strengthening cooperation between member states and increasing interoperability. Despite some duplication concerns, PESCO strengthens NATO by increasing European defence capabilities, with the alliance showing its support to the initiative and saying it would be beneficial for the EU, Europe and NATO, while warning that other non-EU allies should not be left out in the future (Aggestam & Hyde-Price, 2019). Another relevant initiative that shows EU's growing search for strategic autonomy and its intentions to advance European defence capabilities is the Strategic Compass (Schuette,

2023). The Strategic Compass is particularly relevant, as it is the most complete document on security and defence that the EU has ever produced, combining the strategic vision with concrete actions to put it into practice (Fiott, 2023). It also is the first time EU Heads of State and Government have endorsed a specific strategy document fully devoted to the subject (Fiott, 2023).

The invasion of Ukraine was another relevant event that increased the discussion around European strategic autonomy, as the war represented an attack on the European security order as a whole (Knutsen, 2022). Consequently, the war on Ukraine has deeply shaped the Strategic Compass and its final document, as a first version of it contained considerably less references to Russia than the final version (Fiott, 2023). Indeed, the Strategic Compass clearly transmits the message of the threat that Russia poses to Europe, mentioning that "Russia's war of aggression constitutes a tectonic shift in European history" (European Union, 2022). This shows how significant the invasion of Ukraine was to the EU and how it alerted member states for the importance of European strategic autonomy. This has led the EU to accelerate the development of its defence and security capabilities (Michaels & Sus, 2024).

Michaels and Sus (2024) point out that there is some agreement about the impact the war has had on European strategic autonomy, as the EU became less dogmatic and more pragmatic, spending less time discussing strategic autonomy and instead taking more action to make it a reality. An example of this pragmatism was how quickly

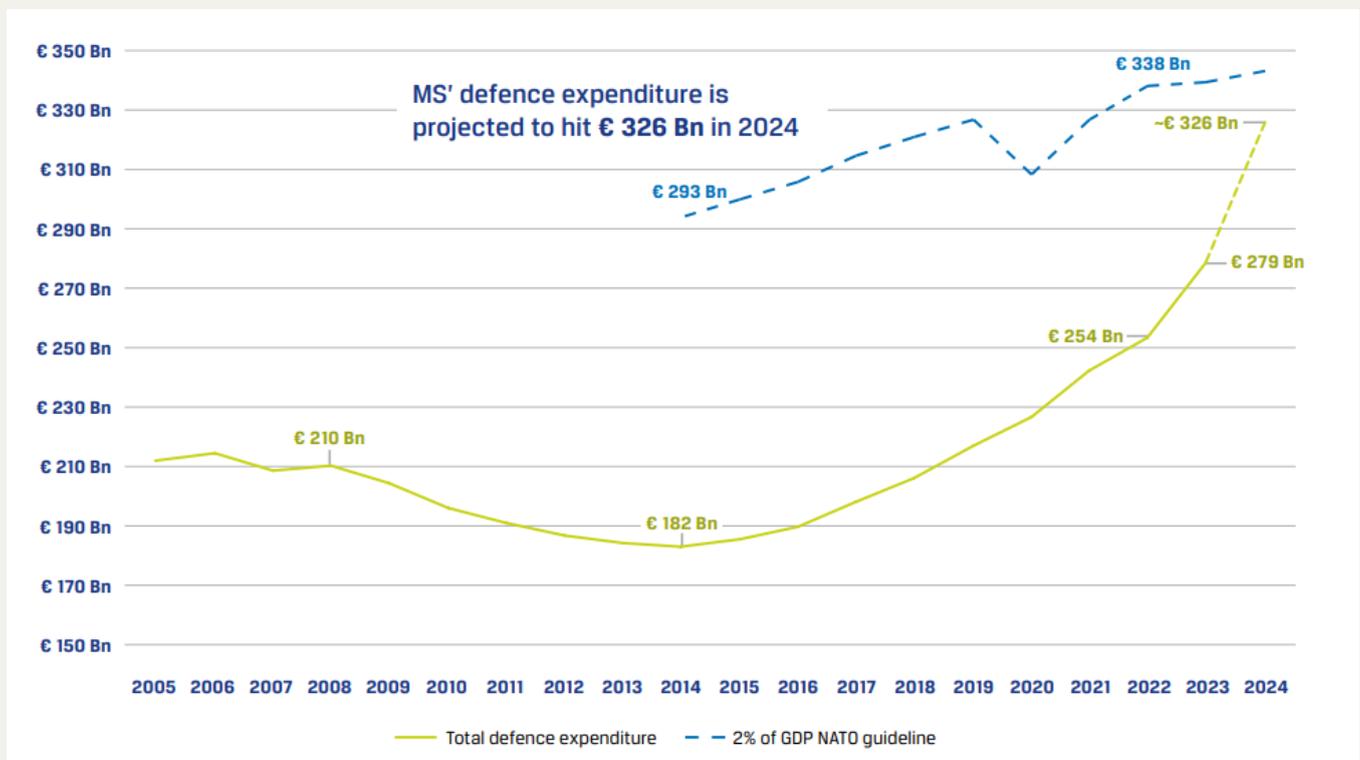
the EU adapted the European Peace Facility (EPF), changing its dynamic to facilitate more financial support to Ukraine (Fiott, 2023; Håkansson, 2021) and enabling member states to provide lethal weapons (Michaels & Sus, 2024). The war also showed the EU’s growing autonomy, as many actions carried out were not dictated by the US or agreed within NATO (Helwig, 2023). At the same time, the US has recognized the important efforts and contributions made by the EU to support Ukraine (Michaels & Sus, 2024). This also reflects the evolution on the matter, as American presidencies had been critical of European contributions and capacity in the past (Aggestam & Hyde-Price, 2019; Howorth, 2018; Sperling & Webber, 2019).

EU’s clear change of direction regarding defence and the goal of achieving strategic autonomy is

clearly reflected on the investment that has been made, with defence investments in 2023 achieving a record of 72 billion euros, 26% of the total 279 billion euros member states expended (European Defence Agency, 2024). Promotion of common EU defence procurement was another course of action the EU has sought (Fiott, 2023), with 61 billion euros being allocated to the procurement of defence equipment in 2023 (European Defence Agency, 2024).

Looking at the evolution of the total defence expenditure made by the 27 EU member states also allows one to see how the 3 events (Russia’s illegal annexation of Crimea, Donald Trump’s election US Presidency, and the Russian invasion of Ukraine) have influenced the EU’s defence strategy. This evolution can be seen in **Figure 1**, below.

**Figure 1:** Total Defence Expenditure vs the 2% of GDP NATO guideline.



**Note:** Extracted from European Defence Agency (2024).

By analysing **Figure 1**, it is clearly seen that total expenditure in defence had been reducing until 2014, which represented the year with the lowest spending in defence. This was followed in 2015 by a reversal in the disinvestment trend, with the EU starting to increase its expenditure. 2014 was the year of Russia's illegal annexation of Crimea, indicating that this event prompted the EU and member states to increase their spending in defence. In 2017, the total defence expenditure also saw a rise in its trend, with higher yearly increases in spending, indicating an acceleration. This was the year Donald Trump took office, which suggests that Trump's election produced an effect on the EU, its member states, leaders and institutions that prompted them to increase European defence expenditure, following Trump's warnings. Last, but not least, 2023 saw another acceleration in defence expenditure growth rates. This coincides with the Russian invasion of Ukraine in 2022, indicating that the EU took rapid actions after this event. As the data suggests, all these 3 events have reignited Europe's long-discussed search for strategic autonomy, supporting the idea shared by Michaels and Sus (2024) that the EU has become more pragmatic and taking concrete action instead of merely discussing concepts and intentions.

Not only do the initiatives and increased expenditure convey this idea, but also the EU's communications and policies have embraced terms like "strategic autonomy" and "sovereignty", suggesting greater autonomy and independence (Csernaton, 2022). Csernaton (2022) also points out that the new narratives have a "normative and prescriptive dimension", as they favour certain

views and seek to shape European policies and actions, which in turn has implications on governance, EU power structures and future trajectories regarding defence policy and technological innovation. It may be concluded that the EU's rhetoric conveys the need for more strategic autonomy and aims to foster actions that will affirm the EU as a strong and autonomous technological and defence actor. It aims to implement a new strategic vision of how the EU should position itself and promote a course of action that turns this vision into reality. In essence, its communications seek to lead the way towards strategic autonomy.

Considering all, it is evident that the EU is taking concrete steps to increase its autonomy. These different initiatives could be seen as an attempt to decouple from NATO (Schuette, 2023). However, NATO has shown its support to EU defence initiatives, encouraging cooperation and arguing that they would be beneficial for all (Aggestam & Hyde-Price, 2019; Schuette, 2023). Simultaneously, the EU has underlined that it does not seek to replace NATO. As stated in Strategic Compass, "A stronger and more capable EU in the field of security and defence will contribute positively to global and transatlantic security and is complementary to NATO, which remains the foundation of collective defence for its members" (European Union, 2022), a clear message that transatlantic relations and cooperation with NATO are key to the EU.

Therefore, it is expected that the EU will continue to pursue strategic autonomy, by developing its defence capabilities, as proven by the recently created position of Defence Commissioner in

2024. However, it will attempt to do so in coordination with NATO and to complement the alliance, which should continue to be the main actor to secure Europe's security and defence. One thing is clear: the EU's role is changing, impacting its positioning as a soft/normative power (Håkansson, 2021).

### **TRUMP IS BACK: THE FUTURE OF EUROPEAN STRATEGIC AUTONOMY**

As evidenced above, Trump's first term in office had a profound impact on transatlantic relations and Europe's vision of strategic autonomy. Now that Trump will return to the US presidency, it is pertinent to understand how the future will unfold, based on what the first term has taught us. Considering Trump's latest statements (Politico, 2024a), it is highly likely that the US President-elect will continue to push for European allies to increase their defence spending. Recent reports even indicate that Trump allegedly wants to increase NATO's defence spending target to 5% of GDP, instead of the current 2% (Politico, 2024c).

However, it is important to analyse Trump's statements regarding this topic during his first term and the actual course of action. Despite all his claims of withdrawal and threats of non-assistance to European allies in case of an attack, Sperling and Webber (2019) state that his statements were merely declaratory, with his actions following a different course than his words would lead to believe. In fact, his first administration took several measures that reveal increasing commitment to NATO and a bigger American presence in Europe (Sperling & Webber, 2019). Sperling and Webber (2019)

argue that Trump has followed a strategy of voice, by complaining to provoke action on the other side. Considering Trump's transactional approach to politics (Aggestam & Hyde-Price, 2019; Smith, 2021; Sperling & Webber, 2019), one might argue that his statements were a mere tactic to create urgency in his European allies and get them to do what he wanted.

The truth is that it has worked, as the EU and its member states have taken very concrete action to make strategic autonomy a reality. As seen in the previous section, data suggests that Trump's election has had an impact on European defence expenditure, with the EU member states increasing their budgets (**Figure 1**, above). From 2016 to 2024, EU member states have increased total defence expenditure from 190 billion to 326 billion euros, an increase of around 72% in just 8 years. At the same time, EU's communication is now very oriented towards the 2% of the GDP target, as the latest European Defence Data report shows (European Defence Agency, 2024), evidencing that Trump's narrative has had a profound effect on European policy. The illegal annexation of Crimea and the war on Ukraine were also big contributors to this shift, especially the latter. Nevertheless, Trump was one of the factors and was successful in his intentions to reduce European dependence on the US, by shaping European policy and the search for strategic autonomy. Indeed, several EU Commission Officials have confirmed that the election of Donald Trump was one of the factors that led to the development of several new European initiatives in the field of Defence and Security (Csernaton, 2022). Considering all,

Trump did what his predecessors complained about but failed to do: get US's European allies to increase their defence spending and burden-sharing.

As mentioned before, Trump's complaining rhetoric towards NATO is highly likely to continue during his second term. Trump and his electorate share a nationalist view, feeling that American money should not be directed to Europe while the US faces several national challenges, such as immigration and the economy. At the same time, the US has been redirecting its focus to the Pacific region and East Asia, where its greatest challenges lie given China's threat (Aggestam & Hyde-Price, 2019; Howorth, 2018; Smith, 2021). This will require American resources to be redirected to the region, as they are not infinite. Considering this, it is my believe that the strategy will be the same of his first term, one that Sperling and Webber (2019) have classified as a "strategy of voice", where Trump complains to force European action, but not follow through with a withdrawal from NATO. Four reasons support this argument:

1. Trump's first term proved his transactional approach and his previous threats regarding NATO have not followed through, as he even increased US commitment (Sperling & Webber, 2019).
2. Trump takes personal satisfaction in saying that he got European allies to increase their defence spending and get closer to NATO's target. This has created some sort of personal commitment towards the alliance, as he believes he was the one to change the course regarding NATO's burden-

sharing (Sperling & Webber, 2019). Given this, it is far more likely to consider that Trump would push for more commitment and investment rather than withdraw from NATO, leaving US allies to their luck and throwing all his efforts and conquers away.

3. NATO and EU's security are beneficial to the US. NATO allows the US to influence its allies in a predictable way and align their defence and security priorities with the American strategic objectives (Sperling & Webber, 2019). At the same time, the EU remains one the US's main trading partners and a potential conflict in Europe would harm the American economy.
4. US's withdrawal from NATO is not consensual, even among Republicans. A possible NATO withdrawal would have to go through the American Senate or Congress, after the latter passed a bipartisan measure to prevent US Presidents from unilaterally withdrawing from the alliance (Washington Post, 2023). Given this, it is highly unlikely Trump would gather support among his party, and an attempt to bypass the law could create an institutional confrontation and, potentially, a national political crisis.

Nevertheless, Trump's statements are sure to continue creating tensions in transatlantic relations, as he has just recently threatened EU's borders by not ruling out military action to seize control of Greenland, prompting immediate responses from European leaders (The Guardian, 2025). Despite many of his positions being merely declaratory (Sperling & Webber, 2019),

statements like this from an American President cannot merely be disregarded.

Considering Trump's strategy and statements, and given the European evolution in defence matters, it is highly likely that the EU will continue to pursue strategic autonomy. Another factor that points in that direction is the war on Ukraine. The Russian invasion of Ukraine brought war back to Europe, threatening European security order (Knutsen, 2022). As shown, this has profoundly shaped the EU and its quest for strategic autonomy, with the EU seeking strategic reorientation, defence weaponisation and industrial rehabilitation (Fiott, 2023).

Given the course of events, the likely scenario is that the EU will continue to increase its defence capabilities and investment, searching for strategic autonomy, but always maintaining NATO as the privileged actor for security, as conveyed in its communications. Over the next years, we might see the EU assuming a more relevant role in NATO. However, the EU will have to tackle several challenges that it has been facing and will continue to be at the centre of discussion.

First, a lack of consensus persists regarding what European strategic autonomy should be. While some believe it means full autonomy and independence from the US, others believe that it is urgent to develop Europe's defence capabilities, but always in cooperation with the US (Michaels & Sus, 2024). The second challenge concerns member states national interests and sovereignty, as further European integration could create disagreements between nations. Indeed, the European Commission has assumed a new role in a policy field that is traditionally dealt at national

level and one that is close to national governments, blurring traditional dichotomy between intergovernmental and supranational decision-making (Håkansson, 2021; Sabatino, 2022). Growing populist and nationalist political parties can also play a role in creating some disagreements regarding this matter. However, Fiott (2023) explains that there is little evidence that the new defence initiatives represent a new form of supranationalism, arguing that the war on Ukraine has seen EU member states reinforcing their sovereignty on defence policy and intergovernmentalism. Simultaneously, the war has moved many Eurosceptic and populist parties closer to the mainstream view regarding EU defence integration efforts (Fiott, 2023).

Another important factor to consider is the outcome of the Ukrainian war, as the President-elect has vowed to end it (The New York Times, 2024). However, the direction the war takes will deeply influence how transatlantic relations and European strategic autonomy unfold, depending on the security guarantees and any possible peace agreement between Ukraine and Russia. A favourable outcome for Ukraine and Europe would crown Trump as the new hero to the EU's eyes. It could create on Trump some sense of achievement and commitment to European security, while at the same time make Europe cater to his demands of increasing autonomy. On the other hand, a negative outcome could create further rifts in transatlantic relations and NATO. Either way, Europe's military capabilities development and the EU's search for strategic autonomy is set to continue. The only question is their rate of speed.

## CONCLUSION

Trump's return to the white house is set to reignite tensions in transatlantic relations. His first term clearly led to an acceleration of European defence capabilities development and restarted the debate around European strategic autonomy. The war on Ukraine only added renewed urgency to the matter. One thing is clear, peace in Europe is no longer a guarantee.

The EU is very aware of that and has taken several steps to increase its defence and security capabilities, such as the substantial increase of member states' defence expenditure and the launch of the Strategic Compass, which if successful will produce an enormous step forward for European defence (Fiott, 2023). Nevertheless, NATO is likely to continue to play a significant role in Europe's defence, as intended by the EU. At the same time, it is unlikely that Trump will pursue an American withdrawal from NATO, working to influence its European allies to increase their defence expenditure. This will demand further European efforts, as a healthy and strong transatlantic relationship will require commitment and willingness to take greater responsibility for its own security and defence (Aggestam & Hyde-Price, 2019). The future developments regarding the war on Ukraine will also be fundamental for Europe and, ultimately, for transatlantic relations. As Michaels and Sus (2024) state, European strategic autonomy is still under development and Trump's election could potentially push the EU member states to agree on an approach to security and defence. Only time will tell how EU's search for strategic autonomy will play out.

Nonetheless, it remains clear that the debate will continue, and the EU's accelerated development of defence capabilities will not stop given Trump's election.

## REFERENCES

- Aggestam, L., & Hyde-Price, A. (2019). Double Trouble: Trump, Transatlantic Relations and European Strategic Autonomy. In *Journal of Common Market Studies* (Vol. 57, pp. 114–127). Blackwell Publishing Ltd.  
<https://doi.org/10.1111/jcms.12948>.
- Csernaton, R. (2022). The EU's hegemonic imaginaries: from European strategic autonomy in defence to technological sovereignty. *European Security*, 31(3), 395–414.  
<https://doi.org/10.1080/09662839.2022.2103370>.
- European Defence Agency. (2024). *Defence Data 2023-2024*.  
<https://eda.europa.eu/publications-and-data/brochures/eda-defence-data-2023-2024>.
- European Union. (2016). *Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe A Global Strategy for the European Union's Foreign And Security Policy*.  
[https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/eugs\\_review\\_web\\_0.pdf](https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/eugs_review_web_0.pdf).
- European Union. (2022). *Strategic Compass for Security and Defence*.  
[https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/documents/strategic\\_compass\\_en3\\_web.pdf](https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/documents/strategic_compass_en3_web.pdf).
- Fiott, D. (2023). In every crisis an opportunity?

- European Union integration in defence and the War on Ukraine. *Journal of European Integration*, 45(3), 447–462.  
<https://doi.org/10.1080/07036337.2023.2183395>.
- Håkansson, C. (2021). The European Commission's new role in EU security and defence cooperation: the case of the European Defence Fund. *European Security*, 30(4), 589–608.  
<https://doi.org/10.1080/09662839.2021.1906229>.
- Helwig, N. (2023). EU Strategic Autonomy after the Russian Invasion of Ukraine: Europe's Capacity to Act in Times of War. In *Journal of Common Market Studies* (Vol. 61, Issue S1, pp. 57–67). John Wiley and Sons Inc.  
<https://doi.org/10.1111/jcms.13527>.
- Howorth, J. (2018). Strategic autonomy and EU-NATO cooperation: threat or opportunity for transatlantic defence relations? *Journal of European Integration*, 40(5), 523–537.  
<https://doi.org/10.1080/07036337.2018.1512268>.
- Hyde-Price, A. (2006). "Normative" power Europe: A realist critique. *Journal of European Public Policy*, 13(2), 217–234.  
<https://doi.org/10.1080/13501760500451634>
- Knutsen, B. O. (2022). A Weakening Transatlantic Relationship? Redefining the EU–US Security and Defence Cooperation. *Politics and Governance*, 10(2), 165–175.  
<https://doi.org/10.17645/pag.v10i2.5024>.
- Mattox, G. A. (2008). The ambivalent power: The United States and European security and defense policy. In K. Engelbrekt & J. Hallenberg (Eds.), *European Union and Strategy*.
- Michaels, E., & Sus, M. (2024). (Not) Coming of age? Unpacking the European Union's quest for strategic autonomy in security and defence. *European Security*, 33(3), 383–405.  
<https://doi.org/10.1080/09662839.2024.2376603>.
- NBC News. (2016, August 16). *Here Are The Allegations Trump Has Made Against Obama, Clinton*.  
<https://www.nbcnews.com/news/nbcblk/here-are-allegations-trump-has-made-against-obama-clinton-n631746>.
- Politico. (2016, April 16). *What's Obama's European legacy?*  
<https://www.politico.eu/article/what-will-define-barack-obamas-european-legacy-eu-us/>.
- Politico. (2024a, February 14). *Trump reiterates to NATO allies: If you don't pay up, 'I'm not going to protect you.'*  
<https://www.politico.com/news/2024/02/14/trump-nato-allies-00141590>.
- Politico. (2024b, November 6). *Trump's in. Here's what it means for Europe*.  
<https://www.politico.eu/article/donald-trump-washington-us-elections-win-2024-kamala-harris-europe-russia/>.
- Politico. (2024c, December 21). *Trump reportedly wants NATO members to boost defense spending to 5 percent of GDP*.  
<https://www.politico.eu/article/reports->

[Donald-Trump-Nato-Members-Increase-Defence-Spending/](https://doi.org/10.1080/07036337.2021.2011264).

Sabatino, E. (2022). The European defence fund: a step towards a single market for defence? *Journal of European Integration*, 44(1), 133–148.

<https://doi.org/10.1080/07036337.2021.2011264>.

Schuette, L. A. (2023). Shaping institutional overlap: NATO's responses to EU security and defence initiatives since 2014. *British Journal of Politics and International Relations*, 25(3), 423–443.

<https://doi.org/10.1177/13691481221079188>

Smith, M. (2021). The European Union and the United States: Competition, Convergence and Crisis in a Strategic Relationship. In L. C. Ferreira-Pereira & M. Smith (Eds.), *The European Union's Strategic Partnerships* (pp. 97–120). Springer International Publishing. [https://doi.org/10.1007/978-3-030-66061-1\\_5](https://doi.org/10.1007/978-3-030-66061-1_5).

Sperling, J., & Webber, M. (2019). Trump's foreign policy and NATO: Exit and voice. In *Review of International Studies* (Vol. 45, Issue 3, pp. 511–526). Cambridge University Press.

<https://doi.org/10.1017/S0260210519000123>.

The Guardian. (2018, July 15). *Trump calls European Union a "foe" – ahead of Russia and China*.

<https://www.theguardian.com/us-news/2018/jul/15/donald-trump-vladimir-putin-helsinki-russia-indictments>.

The Guardian. (2025, January 8). *France warns Donald Trump against threatening EU 'sovereign borders.'*

<https://www.theguardian.com/us-news/2025/jan/08/france-warns-trump-against-threatening-eu-sovereign-borders-greenland>.

The New York Times. (2024, November 21). *Trump's Vow to End the War Could Leave Ukraine With Few Options*.

<https://www.nytimes.com/2024/11/21/us/politics/trump-russia-ukraine-war.html>.

Washington Post. (2023, December 18).

*Congress approves bill barring presidents from unilaterally exiting NATO*.

<https://www.washingtonpost.com/national-security/2023/12/16/congress-nato-exit-trump/>.

## O Brexit e a Reconfiguração do Papel Global da União Europeia: Impactos nas Relações com os Estados Unidos

IVO BRANDÃO

[ivobrandao2024@gmail.com](mailto:ivobrandao2024@gmail.com)

Licenciatura em Relações Internacionais, 2.º ano,  
Universidade do Minho.

### RESUMO ANALÍTICO

Nas últimas décadas, a União Europeia (UE) tem consolidado o seu papel como um ator global, especialmente através da sua influência normativa, económica e diplomática. Contudo, o Brexit representa um desafio significativo nesse percurso, sendo um evento com diversas implicações nas relações internacionais. A escolha deste tema justifica-se pela relevância crescente do debate sobre o papel da UE no sistema internacional, num contexto pós Brexit, sobretudo em relação à necessidade de compreender as mudanças nas suas alianças estratégicas, como com os Estados Unidos (EUA), e a sua capacidade de atuação em organizações multilaterais. Desta forma, estudar este evento contribui para a análise do reposicionamento da UE no sistema internacional atual.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brexit, Reino Unido, União Europeia, Estados Unidos, Relações UE-EUA.

### INTRODUÇÃO

*"This is not an amicable divorce, but it was also not a deep love affair"* (BBC News, 2016). Com estas palavras, o então presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, resumiu a complexidade da relação ambivalente entre o

Reino Unido e a União Europeia. Durante décadas, o Reino Unido manteve uma posição particular dentro da UE, o que pode ser constatado na declaração de Margaret Thatcher *"We have not successfully rolled back the frontiers of the state in Britain, only to see them reimposed at a European level"* (Margaret Thatcher Foundation, 1988), oscilando entre o pragmatismo e o ceticismo da integração europeia.

O Brexit, formalizado a 31 de janeiro de 2020, foi o desfecho de um processo iniciado com o referendo de junho de 2016, no qual 51,9% dos eleitores britânicos votaram pela saída da UE. Desde então, o Reino Unido e a União Europeia conduziram intensas negociações para redefinir os seus vínculos políticos, económicos e diplomáticos. Este acontecimento gerou impactos para além da dimensão mais direta da relação entre a UE e o Reino Unido, interferindo com a posição da União Europeia no sistema internacional. Enquanto influente Estado-Membro da União, o Reino Unido desempenhava um papel crucial na política externa, na segurança e na economia europeia. Assim sendo, a sua saída suscitou questões não apenas sobre a eventual possibilidade de um efeito dominó — hipótese que não se confirmou — mas também sobre a sua capacidade de negociação em organizações

multilaterais e o realinhamento das suas relações internacionais, especialmente com os Estados Unidos. Enquanto alguns argumentam que o *“Brexit is and continues to be a historic tragedy for all who believe in the political, economic and social benefits of European integration”* (Selmayr, 2022), outros sugerem que *“the EU can act decisively and with one voice”* (Laffan & Telle, 2023, p. 257). Desta forma, o estudo do impacto do Brexit na atuação global da UE é, portanto, fundamental para compreender as dinâmicas de poder no sistema internacional pós-Brexit.

Perante este contexto, a presente investigação procura responder à seguinte questão: De que forma o Brexit terá modificado o papel da União Europeia como ator global, em particular na sua relação com os EUA? Assim, o artigo está organizado em três secções principais: numa primeira, apresenta-se o fenómeno do Brexit; numa segunda, analisamos o papel da União Europeia como ator global, abordando o seu poder normativo; e, por fim, discute-se um estudo de caso, procurando compreender o impacto que o Brexit teve nas relações da UE com os Estados Unidos.

Metodologicamente, esta investigação adota uma abordagem qualitativa, com base na análise de fontes primárias e secundárias. Desta forma, foram selecionados documentos institucionais da União Europeia e do governo britânico, discursos de lideranças políticas relevantes no contexto do Brexit, bem como estudos académicos e relatórios de centros de pesquisa reconhecidos na área das Relações Internacionais, além de literatura especializada. A escolha destas fontes teve como critério a sua pertinência, atualidade e credibilidade, permitindo uma compreensão

abrangente dos impactos do Brexit nas relações externas da União Europeia, com especial atenção para a dimensão transatlântica.

Neste sentido, este artigo contribui para os estudos nas Relações Internacionais ao oferecer uma análise sobre como a saída de um dos mais influentes Estados-Membros da União Europeia influenciou a sua atuação no sistema internacional. Ao investigar os efeitos do Brexit sobre o papel global da UE, particularmente nas suas relações com os Estados Unidos, o presente estudo procura enriquecer a compreensão sobre os desafios contemporâneos enfrentados por organizações internacionais e sobre a resiliência da União enquanto ator internacional. A análise proposta visa, assim, fomentar o debate académico em torno da transformação do sistema internacional e da relevância das organizações internacionais em contextos de mudança.

## A UNIÃO EUROPEIA COMO ATOR GLOBAL

Como sabemos, a União Europeia consolidou-se como um ator global não apenas pela sua capacidade e relevância económica e política, mas também pela aptidão de projetar normas e valores internacionais, um elemento central do seu poder normativo. No entanto, importa salientar que esta perceção não é consensual na literatura. Para alguns, a UE continua a ser predominantemente um ator regional, ainda que com ambições globais, nomeadamente no que diz respeito à promoção da democracia e dos Direitos Humanos. Ainda assim, a eficácia com que a União concretiza esses objetivos permanece objeto de debate.

A Teoria do *Normative Power Europe* (NPE), desenvolvida por Ian Manners (2002), descreve a

UE como uma entidade singular, uma vez que exerce influência através da promoção de normas como a democracia, Direitos Humanos, Estado de Direito e multilateralismo. Enquanto outras potências globais se baseiam no *hard power*, isto é, na força militar ou económica, a UE destaca-se pelo uso do poder normativo como instrumento de influência preferencial.

Na base do conceito de poder normativo está a ideia de “*ability to shape conceptions of the norma*” (Manners, 2002), que se refere ao reconhecimento de determinadas normas e ideias como factos incontestáveis. Esta capacidade da União Europeia em transformar o que é considerado legítimo nas relações internacionais está intrinsecamente relacionado com a sua difusão normativa e ideológica, na qual normas e práticas são adotadas por outros atores através de processos de integração, socialização e persuasão.

Assim sendo, como Manners e Diez (2007) destacam, “*The EU exerts influence by the impact it has on what is considered appropriate behaviour by other actors*”, reforçando a ideia de que a UE não exerce influência apenas por meio do poder material, mas sim através da capacidade de moldar o que é considerado o “comportamento normal” no sistema internacional.

Antes do Brexit, o *soft power* da UE era amplamente reconhecido e exercido de diversas formas. A UE definia padrões globais em áreas como comércio, política ambiental, segurança alimentar e proteção de dados. O ‘efeito Bruxelas’ demonstrava a capacidade da União de, através da regulação do seu extenso mercado interno, exportar normas e regulamentos para países terceiros que desejavam ter acesso a esse

mercado. Além disso, a UE sempre desempenhou um papel fundamental em organizações internacionais, promovendo iniciativas relacionadas com o desenvolvimento sustentável, a proteção dos Direitos Humanos e a segurança coletiva. Como Schimmelfenning, Engert e Knobel (2003, p. 669) observam, “*the EU has been most successful in promoting its norms when it has been able to offer credible incentives for compliance*”.

A saída do Reino Unido da União Europeia representou, sem dúvida, um desafio para o projeto europeu e para o seu poder normativo. O Reino Unido, como um dos membros mais influentes da UE, sempre se revelou um defensor do multilateralismo, dos Direitos Humanos e da ajuda ao desenvolvimento. O Brexit levantou questões sobre a capacidade da UE de manter a sua influência global e promover os seus valores no cenário internacional, por força da sua história e papel no sistema internacional, nomeadamente nas muito particulares relações com toda a Commonwealth e com os Estados Unidos da América. Desta forma, Schimmelfenning, Engert e Knobel (2003, p. 678) argumentam que “*the transformative power of European integration depends on the credibility of the EU’S conditionality policy and the attractiveness of its membership*”.

Além disso, o Brexit também acabou por enfraquecer a credibilidade da UE como um modelo de integração regional e governança global. A saída de um membro deste calibre encoraja países com menos poder a questionar os benefícios da adesão à UE e a procurar alternativas. Este fenómeno também contribuiu para uma fragmentação do sistema internacional

e para o aumento do nacionalismo e do protecionismo, o que dificulta a promoção de normas e valores universais. No entanto, como Schimmelfennig, Engert e Knobel (2003, p. 679) constata, *"the EU's capacity to promote its norms also depends on its internal cohesion and its ability to act collectively."*

Apesar deste contexto, a UE tem demonstrado resiliência e determinação face ao Brexit, procurando fortalecer a sua autonomia estratégica e a sua capacidade de agir como um bloco coeso, independentemente do cenário global. Esta resiliência manifesta-se em diversas iniciativas, como o reforço do Fundo Europeu de Defesa, que visa impulsionar a cooperação na área da defesa e promover a inovação tecnológica. Além disso, destaca-se a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), que visa aumentar a capacidade da UE de responder a crises internacionais e reforçar a segurança dentro e fora das suas fronteiras (Conselho da União Europeia, 2020). Paralelamente, a UE tem procurado diversificar as suas parcerias estratégicas e fortalecer as relações com outros países e regiões do mundo, através da negociação de acordos comerciais e da promoção de projetos de cooperação em áreas como o clima, a energia e a saúde. Por fim, a superação desses desafios *"will depend on the EU's ability to adapt to a changing world and to continue to promote its values with convictions and effectiveness"* (Schimmelfennig, Engert e Knobel, 2003, p. 680), uma capacidade que será crucial para determinar o futuro do seu poder normativo e a sua relevância no cenário internacional.

## O IMPACTO DO BREXIT NA PARCERIA ESTRATÉGICA ENTRE A UE E OS EUA

A relação entre a União Europeia e os Estados Unidos foi, ao longo das últimas décadas, uma das mais presentes no sistema internacional, baseada em interesses económicos comuns, valores democráticos partilhados e fortes laços históricos. Dentro deste contexto, o Reino Unido destacou-se como um dos mais influentes pontos de conexão entre os dois blocos, desempenhando um papel crucial na articulação dos seus interesses. Como tal, o Brexit representou não apenas uma viragem política e económica para a UE, mas também uma rutura simbólica e estratégica com possíveis implicações transatlânticas.

*"In terms of values and interests, economic interactions and human bonds, the European Union and the United States are closer to one another than either is to any other major international actor"* (Bindi & Angelescu, 2015, p. 221). Com o Brexit, essa dinâmica sofreu alterações, dado o contributo histórico do Reino Unido. *"The exit of a member state, the first since the foundation of the EU, was a dramatic event"* (Laffan & Telle, 2023, p. 257). Assim sendo, com o objetivo de analisar os impactos provocados pelo Brexit nas relações entre UE e os EUA, esta secção pretende analisar três dimensões principais: dimensão económica e comercial, segurança e geopolítica, e cultural. *"The U.S.-EU relationship is among the most complex and multilayered relationship (economic, diplomatic, societal and security) that either partner has"* (Bindi & Angelescu, 2015, p. 221).

## A DIMENSÃO ECONÓMICA E COMERCIAL

A relação económica e comercial entre a União Europeia e os Estados Unidos é uma das mais importantes do mundo, representando uma parte significativa do comércio global de bens e serviços. No entanto, o Brexit introduziu novos desafios a esta relação, alterando as dinâmicas económicas e comerciais entre os dois blocos.

Antes do Brexit, o Reino Unido desempenhava um papel importante no comércio entre a UE e os EUA. Em 2015, o Reino Unido era o terceiro maior parceiro comercial da UE para as exportações de bens (13,4%) e o segundo maior para as importações de bens (8,4%) (Eurostat, 2016). Assim sendo, o Brexit representava um risco e uma incerteza para o comércio, como alertou Mark Carney (2019), então Governador do Banco de Inglaterra, "*The biggest risks of Brexit are that it will lead to a reduction in trade, investment and productivity.*"

Com a saída do Reino Unido da União, a relação económica e comercial entre a UE e os EUA sofreu alterações significativas. O Acordo de Comércio e Cooperação UE-Reino Unido, que entrou em vigor em 2021, estabeleceu novas regras para o comércio e a cooperação, o que teve um impacto indireto nas relações comerciais entre a UE e os EUA (Comissão Europeia, 2021). Embora o acordo tenha evitado a imposição de tarifas e quotas sobre a maioria dos bens comercializados entre a UE e o Reino Unido, criou barreiras não tarifárias, como controlos alfandegários e regulamentares, o que aumentou os custos de comércio e dificultou a circulação de bens e serviços.

Em 2025, os EUA continuam a ser um dos

principais parceiros comerciais da UE. Em 2023, os EUA representaram 19% das exportações de bens da UE e 11% das importações de bens da UE (Eurostat, 2023). A UE e os EUA têm um forte interesse em manter e fortalecer esta relação, como evidenciado pela sua colaboração contínua em diversas áreas (Comissão Europeia, 2025).

Assim sendo, apesar do futuro incerto e com a tomada de posse da nova administração Trump, a União Europeia e os Estados Unidos, apesar dos desafios causados pelo Brexit, continuam a trabalhar em conjunto para promover o comércio, o investimento e a inovação, e para enfrentarem os desafios globais, como a pandemia e as alterações climáticas (Comissão Europeia, 2025).

## A DIMENSÃO DA SEGURANÇA E DA GEOPOLÍTICA

Tradicionalmente, o Reino Unido assumiu uma posição estratégica de ponte entre Washington e Bruxelas, combinando a sua influência dentro da UE com a sua estreita aliança transatlântica no seio da NATO. Assim sendo, este evento não só transformou os equilíbrios internos da União, como também gerou debates sobre a continuidade da articulação transatlântica em matéria de defesa.

Com o Brexit, a UE deparou-se com a oportunidade — e, para alguns, a necessidade — de repensar a sua abordagem estratégica quanto à segurança e defesa, especialmente tendo em consideração os desafios globais emergentes. Neste contexto, o debate sobre a autonomia estratégica europeia ganhou força, ou seja, a capacidade da União de agir de forma independente em matéria de política externa e de segurança. Esta mudança de paradigma foi

claramente expressa por Ursula von der Leyen, Presidente da Comissão Europeia, no seu discurso sobre o Estado da União em 2021: “*Europe must develop the political will to do more on its own – and to do it the right way*” (European Commission, 2021), revelando uma ambição de fortalecer a União como um ator global autónomo, capaz de defender as suas prioridades sem depender exclusivamente do apoio dos Estados Unidos ou da NATO.

No entanto, a procura por uma maior independência europeia não é uma discussão que nasceu no pós-Brexit. Como afirma Rebelo Duarte (2022), “Em 1996, o então 1º ministro francês Alain Juppé chegou a argumentar em favor da retoma dessa ideia, contando sempre com a total oposição do Reino Unido (RU), pouco entusiasta de qualquer iniciativa europeia que pudesse beliscar a NATO” (p. 41). Já em 1999, o antigo embaixador dos Estados Unidos na NATO, Robert E. Hunter, sintetizava a posição dos EUA relativamente à Política Europeia de Segurança e Defesa com os denominados “três D’s”: “*no decoupling of European security from the Alliance, no duplication of what NATO already does, and no discrimination against non-EU members of NATO.*” Esta posição refletia a preocupação de Washington com a possibilidade de que uma defesa europeia autónoma pudesse minar a coesão da NATO ou criar estruturas paralelas desnecessárias. O Reino Unido, tradicionalmente alinhado com esta visão, servia como uma força moderadora dentro da UE, travando iniciativas que, na sua perceção, pudessem competir com a aliança atlântica.

A ausência britânica, por conseguinte, removeu um dos principais obstáculos internos à

intensificação da cooperação europeia em matéria de defesa. Ainda assim, permanece a necessidade de equilibrar a ambição europeia com os compromissos transatlânticos. A defesa europeia pós-Brexit continua a ser construída sob o princípio da complementaridade com a NATO, mas com maior margem para iniciativas lideradas pela própria União, tendo em especial consideração a nova administração do governo americano.

O Brexit aprofundou não apenas uma reflexão sobre o papel geopolítico da UE, mas também reconfigurou a forma como os EUA encaram a União como parceiro de segurança. No entanto, a UE ainda enfrenta desafios internos para implementar uma política mais coesa em matérias de segurança, tal como afirma Rebelo Duarte (2022): “Com esta complexidade e diversidade, não admira, pois, que este circunstancialismo represente, à partida, um sério obstáculo a uma abordagem coerente e credível face ao mundo exterior” (p. 42). A UE, agora sem o seu tradicional e influente aliado atlântico interno, parece estar mais disposta a afirmar-se como ator global, mesmo que isso implique redefinir os termos da cooperação com Washington. Este processo de redefinição, embora ainda marcado por tensões internas e limitações institucionais, apela a uma União mais consciente do seu papel estratégico num mundo multipolar.

### **A DIMENSÃO CULTURAL**

O Brexit introduziu uma nova etapa nas relações culturais entre a União Europeia e os Estados Unidos, ao eliminar um dos mais influentes mediadores históricos do diálogo transatlântico: o Reino Unido. Esta saída simbólica e política

obrigou a UE a reestruturar a forma como projeta a sua identidade cultural no exterior. Assim sendo, a saída britânica da União gerou um vazio diplomático e cultural, levando a UE a intensificar o uso estratégico da diplomacia cultural como uma ferramenta de afirmação e projeção internacional.

Segundo o European Parliamentary Research Service (EPRS), *“Brexit has prompted the EU to redefine its global cultural narrative independently of the UK’s historic cultural affinity with the US”* (2017). Neste contexto, considerando a saída de um importante elo transatlântico, a UE passou a depender mais da coordenação entre os Estados-Membros para manter o diálogo com os EUA. Apesar disso, a tentativa europeia de projetar-se numa só voz nem sempre é fácil, pois *“cultural diplomacy tends to be fragmented and dominated by national actors”*, o que compromete a criação de uma voz europeia coerente no plano internacional (EPRS, 2017).

Além disso, a perspetiva cultural europeia difere substancialmente da norte-americana. Nos EUA, a cultura é frequentemente tratada como produto de mercado; na UE, ela é concebida como um bem público essencial à promoção da diversidade, da coesão e da integração social. Esta distinção é estratégica na política externa europeia, como salienta o European Economic and Social Committee (EESC): *“culture now needs more than ever to become a central strategic vehicle of the EU’s external policy”* (EESC, 2021). A diplomacia cultural é vista, assim, como um dos instrumentos mais eficazes do *soft power* europeu, promovendo valores como o pluralismo, os Direitos Humanos e a inclusão social.

No entanto, como sublinha Prikhodko (2022), o Brexit foi concebido de forma negativa pelas elites liberais tanto na Europa quanto nos EUA, sendo associado a uma viragem populista e nacionalista. Esta perceção provocou tensão na relação transatlântica, tornando mais difícil uma cooperação baseada em valores culturais partilhados. Ainda assim, o impacto do Brexit também teve um efeito catalisador: a UE tem investido em iniciativas como o ERASMUS+, em eventos culturais conjuntos e em parcerias institucionais com os EUA para reforçar sua presença cultural global.

O livro *Diversity without Unity: The European Union’s Cultural Diplomacy vis-à-vis the United States* destaca que, embora a UE promova a diversidade cultural como um princípio, essa mesma diversidade torna difícil projetar externamente uma voz única. Esta limitação reflete uma fragilidade já conhecida da União Europeia. O Reino Unido, dada a sua afinidade com os Estados Unidos, frequentemente servia como ponte para essa projeção unificada. Com a sua saída, a UE viu-se obrigada a repensar a sua atuação cultural de forma mais coesa (Schunz & Trobbiani, 2019). Em suma, o Brexit não representou apenas uma rutura na ligação simbólica e pragmática entre a União Europeia e os Estados Unidos, mas também obrigou a UE a repensar e redefinir a sua estratégia de projeção cultural global. Ao afastar-se da dependência do Reino Unido, a UE enfrenta a oportunidade — e o desafio — de afirmar uma diplomacia cultural mais assertiva, capaz de posicioná-la como uma voz única e influente no sistema internacional. Assim, esta reinvenção cultural pode ser crucial para a manutenção da sua relevância nas

relações transatlânticas, permitindo-lhe, desta forma, consolidar a sua identidade única e os seus valores fundamentais perante os EUA e o mundo.

## CONCLUSÃO

O Brexit constituiu um desafio na trajetória da integração europeia e no posicionamento global da UE. A sua concretização alterou o equilíbrio interno da União e influenciou significativamente as suas relações externas, em especial com os Estados Unidos. Como analisado neste artigo, a saída do Reino Unido exigiu uma reorganização institucional, diplomática e simbólica por parte da UE, com impacto nas dimensões económicas, de segurança e cultural dessa relação.

No plano económico, a perda de um mediador transatlântico obrigou a União a redefinir o seu papel nas cadeias globais de comércio e investimento. Ainda assim, a relação com os EUA manteve-se sólida, com adaptação às novas realidades jurídicas e técnicas (European Commission, 2025; Eurostat, 2023). A entrada em vigor do Acordo de Comércio e Cooperação UE-Reino Unido (2021) e a continuidade em áreas como a digitalização e energia mostram o pragmatismo europeu (European Commission, 2021).

No domínio da segurança, o Brexit impulsionou o debate sobre a autonomia estratégica europeia. Sem o tradicional ceticismo britânico relativamente à construção de capacidades próprias no domínio da defesa, a UE teve margem para aprofundar políticas de defesa, como a PCSD e o reforço do Fundo Europeu de Defesa (Conselho da União Europeia, 2020). Esta evolução foi reforçada por um novo discurso

político, como o de Ursula von der Leyen em 2021, ao defender que “*Europe must develop the political will to do more on its own – and to do it the right way*” (von der Leyen, 2021). Assim, como afirmam Laffan e Telle (2023), “*The Brexit process has taught the EU to bring its collective problem-solving capacity to bear more effectively on internal and external challenges*”. Esta aprendizagem foi posteriormente demonstrada na forma como a UE respondeu a crises globais, como a pandemia da COVID-19 e a invasão da Ucrânia: “*The EU’s united and effective response to Brexit was echoed in its handling of the COVID-19 crisis and Russia’s war against Ukraine*” (Laffan & Telle, 2023, p. 258).

Na cultura, o Brexit evidenciou o desafio da UE em afirmar uma identidade comum num mundo polarizado. A saída do Reino enfraqueceu os laços culturais com os EUA, mas também criou uma oportunidade para redefinir a diplomacia cultural da União, destacando valores como a inclusão, pluralismo e Direitos Humanos (Rosenthal, 2021). Contudo, a diversidade interna dificulta a criação de uma “voz única”, fragilidade que o Reino Unido ajudava a mitigar (Manners & Diez, 2007).

Em suma, apesar das incertezas do Brexit, a União Europeia demonstrou resiliência institucional e capacidade de adaptação. A saída do Reino Unido, longe de enfraquecer a União, revelou ser um momento de teste à coesão do projeto europeu. Como observam Laffan e Telle, “*It has shown that when the Union’s institutional core works together to coordinate interests, generate capacity and develop solutions, the EU can act decisively and with one voice*” (Laffan & Telle, 2023, p. 257). É precisamente essa

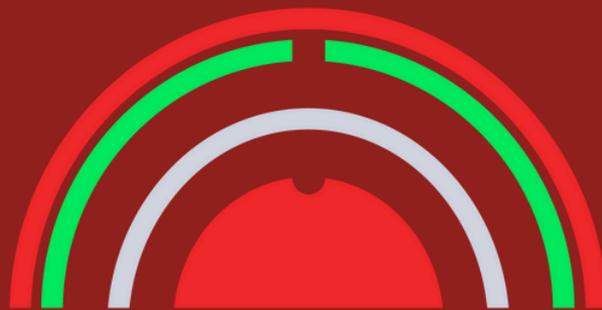
capacidade de articulação coletiva que tem permitido à UE preservar — e, em alguns aspetos, até reforçar — o seu papel enquanto ator global no pós-Brexit. Afinal, “*The EU is much more than Brexit. Brexit must not pollute the important work we, as EU, will have to do in the years to come on trade, climate change, digitalization, migration, security etc.*” (Laffan & Telle, 2023, p. ix).

## REFERÊNCIAS

- BBC News. (2016, June 25). *EU referendum: Moody's cut UK's credit outlook to 'negative'*. <https://www.bbc.com/news/uk-politics-eu-referendum-36626201>.
- Bindi, F., & Angelescu, I. (Eds.). (2015). *The foreign policy of the European Union: Assessing Europe's role in the world* (2nd ed.). Brookings Institution Press.
- Conselho da União Europeia. (2025). *CSDP missions and operations*. <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/csdp-missions-operations/>.
- Diez, T., & Manners, I. (2007). Reflections on normative power Europe. In T. Diez (Ed.), *The European Union as a normative power* (pp. 1–18). Manchester University Press.
- European Commission. (2021). *EU-UK Trade and Cooperation Agreement*. [https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/relations-united-kingdom/eu-uk-trade-and-cooperation-agreement\\_en](https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/relations-united-kingdom/eu-uk-trade-and-cooperation-agreement_en).
- European Commission. (2025). *EU trade relationships with the United States*. [https://policy.trade.ec.europa.eu/eu-trade-relationships-country-and-region/countries-and-regions/united-states\\_en](https://policy.trade.ec.europa.eu/eu-trade-relationships-country-and-region/countries-and-regions/united-states_en).
- European Economic and Social Committee. (2021). *Cultural diplomacy: A key vector in EU foreign policy*. <https://www.eesc.europa.eu/pt/news-media/news/cultural-diplomacy-key-vector-eu-foreign-policy>.
- European Parliamentary Research Service. (2017). *Culture in EU–US relations*. <https://epthinktank.eu/2017/07/15/culture-in-eu-us-relations/>.
- Eurostat. (2016). *European Union trade in goods – main trading partners*. <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/7224419/6-31032016-BP-EN.pdf/b82ea736-1c73-487f-8fb5-4954774bb63a>.
- Hunter, R. E. (1999). The three Ds—and a fourth. In *The European Security and Defense Policy: NATO's companion – or competitor?* (pp. 33–48). RAND Corporation. <https://www.jstor.org/stable/10.7249/mr1463ndri-re.13>.
- Laffan, B., & Telle, S. (2023). *The EU's response to Brexit: United and effective* (1st ed.). Palgrave Macmillan.
- Manners, I. (2002). Normative power Europe: A contradictory oxymoron? *Journal of Common Market Studies*, 40(2), 235–258. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.>

[1111/1468-5965.00353](#).

- Manners, I., & Diez, T. (2007). Reflecting on normative power Europe. In F. Berenskoetter & M. J. Williams (Eds.), *Power in world politics* (pp. 173–188). Routledge.
- Margaret Thatcher Foundation. (n.d.). *We have not successfully rolled back the frontiers of the state in Britain, only to see them reimposed at a European level*. <https://www.margaretthatcher.org/document/107332>.
- OCDE. (2021). *Brexit and Trade: A First Assessment*. [https://one.oecd.org/document/ECO/WKP\(2021\)49/en/pdf](https://one.oecd.org/document/ECO/WKP(2021)49/en/pdf).
- Prikhodko, O. V. (2022). Brexit's implications for the transatlantic relationship. *Public Policy and Administration*, 21(3), 356–367. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9244525/>.
- Rebelo Duarte, A. C. (2022). UE e PCSD, do passado ao futuro pós-Brexit. *Cadernos Navais*, 63(Jan.–Mar. 2022). Centro de Estudos Estratégicos da Marinha – Edições Culturais da Marinha.
- Rosenthal, G. (Ed.). (2021). *Diversity without unity: The European Union's cultural diplomacy vis-à-vis the United States*. Peter Lang.
- Schimmelfennig, F., Engert, S., & Knobel, H. (2003). The enlargement of the European Union and its impact on the nature of European integration: Introducing the special issue. *Journal of European Public Policy*, 10(5), 659–682. <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0010836713485539>.
- UNCTAD. (2022). *World Investment Report 2022: Investment in Sustainable Energy for All*. [https://unctad.org/system/files/official-document/wir2022\\_overview\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/wir2022_overview_en.pdf).
- von der Leyen, U. (2021, September 15). *2021 State of the Union Address by President von der Leyen*. European Commission. [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH\\_21\\_4701](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH_21_4701).
- The Guardian. (2019, February 12). *Mark Carney warns no-deal Brexit would harm trade and investment*. <https://www.theguardian.com/business/2019/feb/12/mark-carney-brexit-bank-of-england-uk>.
- Serviço Europeu de Ação Externa. (2024). *United Kingdom: Speech by High Representative/Vice-President Josep Borrell at Oxford University about the world after Brexit*. [https://www.eeas.europa.eu/eeas/united-kingdom-speech-high-representativevice-president-josep-borrell-oxford-university-about-world\\_en](https://www.eeas.europa.eu/eeas/united-kingdom-speech-high-representativevice-president-josep-borrell-oxford-university-about-world_en).



***E-Journal* do Núcleo de Estudantes de Ciência  
Política da Universidade do Minho**

*necpum.pt/ponto.politico*